

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

ASLAN RODRIGUES DO NASCIMENTO BOGADO

**A VIOLÊNCIA SOB A ÓTICA DO TELEJORNALISMO POLIALESCO
NO BRASIL**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2015**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

ASLAN RODRIGUES DO NASCIMENTO BOGADO

**A VIOLÊNCIA SOB A ÓTICA DO TELEJORNALISMO POLIALESCO
NO BRASIL**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profª Drª Maria Lucia Silva Barroco.

**SÃO PAULO
2015**

ERRATA

BOGADO, ASLAN. R. N. A Violência Sob a Ótica do Telejornalismo Policialesco no Brasil. 2015. 106f. Dissertação de Mestrado (Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

Onde lê-se:	Leia-se:	Página:	Paragrafo:	Linha:
(...) inculzir no ideário social uma falsa sensação de insegurança generalizada.	(...) maximizar a sensação de insegurança entre as pessoas.	7	1	4-5
Não é o caso das maiores redes de televisão de nosso país, mas, Ramonet ainda explica que a crise faz com que alguns grupos da comunicação se fundam para não falir; neste processo acabam por se fortalecer.	Este é o caso das maiores redes de televisão de nosso país. Ramonet ainda explica que a crise faz com que alguns grupos da comunicação se fundam para não falir, neste processo acabam por se fortalecer.	65	1	4-6
Cumprem, portanto, uma função ideológica no esquema da dominação de classe.	Cumprem, portanto, uma função ideológica no esquema da dominação, exploração e opressão de classe.	66	2	11
(...) construção de uma falsa consciência, de uma visão superficial de homem e de mundo	(...) construção de uma consciência pautada numa visão superficial de homem e de mundo.	72	1	1-2
(...) o medo social constitui-se como fator necessário para a dominação de classe.	(...) o medo social constitui-se como fator necessário para a dominação, exploração e opressão de classe.	74	3	2-3
Dessa forma, transmitem ideologicamente falsas noções da realidade (...).	Dessa forma, transmitem ideologicamente noções insuficientes da realidade (...).	78	2	2-3
Contudo, precisamos aproveitar essa oportunidade para	Contudo, precisamos aproveitar essa oportunidade para ampliar nossos esforços	98	2	2-5

ampliar nossos esforços no sentido de combater as expressões da violência econômica, fruto da condição de opressão de dominação na qual os trabalhadores estão envolvidos.	no sentido de combater as expressões da violência econômica e extra econômica, frutos da condição de dominação, exploração e opressão de classe.			
Dessa forma, sua ideologia da violência naturalizada incute uma falsa sensação de insegurança entre as pessoas (...).	Dessa forma, sua ideologia da violência naturalizada maximiza a sensação de insegurança entre as pessoas (...).	99	2	6-8
(...) arraiga-se no ideário popular uma falsa noção da imposição da lei através do uso da força como um requisito indispensável para a eliminação da violência.	(...) transmite-se à população a equivocada noção de que a imposição de leis severas é importante – e um requisito indispensável – para a eliminação da violência.	100	2	3-5
(...) que devem e precisam lutar contra a opressão e dominação de classe.	(...) que devem e precisam lutar contra a dominação, exploração e opressão de classe.	100	2	10-11

Incluir o texto abaixo na página 12 entre o 1º e 2º parágrafo

Faz-se necessário refletir sobre a importância desta discussão para o Serviço Social, uma vez que, como assistentes sociais, trabalhamos diretamente nas expressões da violência econômica e extra econômica. Esperamos, através desta análise, apresentar um debate que possa munir nossa categoria com elementos críticos para combater a incessante e massiva tentativa ideológica da classe dominante, via telejornais policiais, de culpabilizar a camada mais precarizada da classe trabalhadora (negros, pobres e moradores da periferia) pelo atual cenário de insegurança que vivemos.

BANCA EXAMINADORA:

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Márcio e Tânia, às minhas irmãs Tahenee e Nahima, aos meus cunhados Daniel e Marcelo e à minha querida sobrinha Manuela. Vocês estão ao meu lado mesmo a 1.000 km de distância.

Aos meus sogros Bertotti e Dora, e aos meus cunhados Karina, Fernanda e Samir. Sem a sua ajuda não teria sido possível.

À minha querida orientadora Lucia Barroco pela paciência, carinho e solidariedade intelectual. Você é referência para mim.

Às professoras Márcia Paixão e Bia Abramides que, através de seu incentivo e apoio intelectual, contribuíram para meu ingresso no mestrado.

Aos colegas Gil Valério, Joyce Costa, Miriam Rosado, Paula Nunes, Camila Schmidt, Orlando dos Santos, Joilson Santana e Mayara Dantas, do Serviço de Medidas Socioeducativas Ages Butantã: obrigado por seu apoio. Um agradecimento especial à Vanessa Schmidt pela empatia e compreensão, e ao Edimilson Filomeno pelo companheirismo e pela disposição em ouvir constantemente minhas ideias sobre este trabalho.

Aos colegas e mestres do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP por terem feito parte destes dois anos especiais.

À CAPES pela bolsa parcial.

À Terra da Garoa por me oferecer tantas realizações.

À Juliana e Benjamin, meus amores.

No vídeo, idiotice intergaláctica
Na mídia, na moda, nas farmácias
No quarto de dormir, na sala de jantar
A morte anda tão viva, a vida anda pra trás
É a livre iniciativa, igualdade aos desiguais
Na hora de dormir, na sala de estar
A violência travestida faz seu trottoir.

(Engenheiros do Hawaii)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o modo como os telejornais policiaiscos reproduzem uma perspectiva naturalizada e unidimensional da violência. Esta transmissão se dá através de um esquema organizacional que permite a programas, como o *Brasil Urgente*, incutir no ideário social uma falsa sensação de insegurança generalizada, pois, exploram intensamente os detalhes de crimes hediondos que acontecem na cidade de São Paulo e em outros Estados do Brasil. Neste sentido, estes programas criam a imagem do mal e do inimigo social que geralmente é atribuída aos pobres, negros e moradores da periferia (a parcela mais precarizada da classe trabalhadora) que estão submetidos a um processo velado de genocídio e encarceramento em massa. Investigamos o processo de evolução dos meios de comunicação e abordamos as suas contradições, principalmente a sua participação ideológica no controle da massa. Analisamos o programa *Brasil Urgente* na tentativa de desmistificar algumas características que colocam os telejornais policiaiscos numa condição de mecanismos ideológicos que conformam os indivíduos e legitimam a policialização e judicialização da vida.

Palavras-chave: violência econômica, militarização na vida social, pobreza, luta de classes, neoliberalismo, crise estrutural do capital, ideologia, medo social, cultura da violência.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to analyze and discuss how crime TV News programs reproduce a naturalized and one-dimensional perspective of violence. This occurs through an organizational scheme that allows crime TV News programs, such as *Brasil Urgente*, to instill into the social ideal a false feeling of generalized insecurity, since they intensely exploit the details of heinous crimes that take place in the city of São Paulo and other states of Brazil. In this sense, these programs create the image of evil and social enemy, which is usually attributed to the poor, the black and the outskirts residents (the most precarious part of the working class), who are subject to a hidden process of genocide and mass incarceration. We investigated the process of the evolution of the means of communication and approached their contradictions, especially their ideological participation in social control. We analyzed *Brasil Urgente* program in an attempt to demystify some features that put crime TV News programs in a state of ideological mechanisms that lead individuals to conform to them and legitimate the policialization and judicialization of life.

Keywords: economic violence, militarization in society, poverty, class struggle, neoliberalism, structural crisis of capital, ideology, social fear, culture of violence.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: AS BASES MATERIAIS DA VIOLÊNCIA	13
1.1 A violência como fenômeno sócio-histórico	13
1.2 Crise estrutural do capital e ofensiva neoliberal	27
1.3 Militarização na vida social e expressões da violência no Brasil	40
CAPÍTULO 2: MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EVOLUÇÃO E CONTRADIÇÕES ...	56
2.1 Da prensa gráfica à era da comunicação: um breve panorama histórico	56
2.2 Quarto poder e poder da ideologia	61
2.3 Cultura da violência: espetacularização e medo social	70
2.4 O jornalismo policiaisco no Brasil	78
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DO PROGRAMA <i>BRASIL URGENTE</i>	86
3.1 Procedimentos metodológicos e considerações iniciais	86
3.2 Desenvolvimento da análise	88
3.2.1 Estrutura orgânica do programa	88
3.2.2 Abertura, destaques e propaganda comercial	89
3.2.3 Reportagens e <i>slogans</i>	90
3.2.4 Repórter ou detetive	91
3.2.5 Apresentador ou juiz	93
3.2.6 Cinema, reality show ou telejornal?	95
3.2.7 A incessante repetição	96
3.2.8 Conclusões	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

Num contexto de crise estrutural do capital em nível mundial – onde a classe trabalhadora sofre com a perda de direitos sociais historicamente conquistados – as expressões da violência econômica se fazem presentes na vida cotidiana dos sujeitos e das coletividades através da fome, da miséria, da criminalização da pobreza, da militarização na vida social, da judicialização da vida e do policiamento dos comportamentos. Este é o pano de fundo no qual surgem diversas expressões de violência na vida social e é o campo de exploração onde os telejornais policiaiscos encontram suas manchetes que serão consumidas diariamente por milhões de telespectadores apassivados pela conformação com o atual estado de coisas. A partir desta reflexão sentimo-nos motivados a estudar a forma como os telejornais policiaiscos traduzem a violência contemporânea para seu público. Para tanto, como percurso de pesquisa procuramos estudar a violência como um fenômeno sócio- histórico que faz parte da vida real e concreta. Desta forma não incorremos no erro tentar defini-la a partir de conceitos pré-moldados tal como muitos pesquisadores o fazem. Este processo foi importante, pois, desde o início da pesquisa, acreditávamos que só seria possível fazer uma análise qualificada da violência sob a ótica do telejornalismo policiaisco no Brasil caso conseguíssemos abstraí-la como um fenômeno concreto e não abstrato.

No primeiro capítulo trouxemos uma discussão sobre as bases materiais da violência, neste sentido, refletimos sobre as suas determinações econômico-sociais. Explicitamos as características que diferem a violência econômica e extra econômica. Nossa análise, contudo, foi pautada nas expressões da violência econômica. Sendo assim, refletimos que o mundo está submerso num cenário de profunda violência econômica que desumaniza e contribui para a perda do sentido de realização da vida. Com base nesta afirmação, traçamos um panorama histórico das expressões da violência econômica que, em determinados momentos históricos, assolaram o mundo e disseminaram a morte e o terror entre a humanidade. Em seguida, trouxemos algumas abordagens teóricas de pensadores que se preocuparam com a conceituação da violência ao invés de sua apreensão no mundo real e concreto. Depois, trouxemos uma breve análise da crise estrutural do capital

com foco na reestruturação produtiva nos anos 1970 que intensificou a desigualdade social, o que contribuiu diretamente para que as sociedades se tornassem ainda mais violentas devido ao acirramento da precarização da vida da classe trabalhadora. Encerramos o primeiro capítulo trazendo algumas experiências reais que comprovam que atualmente, em nosso país, vivemos num contexto de militarização na vida social.

No segundo capítulo refletimos sobre a evolução dos meios de comunicação e quais as contradições que se apresentaram neste processo. O desenvolvimento dos meios de comunicação confunde-se com o próprio desenvolvimento econômico nas sociedades modernas, porém, no capitalismo, a mídia foi apropriada por grandes grupos de interesse, os quais a utilizam para aumentar seu poderio, para transmitir sua ideologia e reforçar o *status quo*. Os meios de comunicação tornaram-se um quarto poder nas mãos da burguesia que, no atual modelo de democracia, detém o controle dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Como quarto poder da burguesia, os meios de comunicação oferecem programações que não educam, não fomentam a consciência crítica e não contribuem para a emancipação política dos indivíduos. Ao contrário, criam programas (como os telejornais policiais) que corroboram para a construção de uma cultura da violência na qual a própria violência se torna uma mercadoria.

No terceiro e último capítulo apresentamos uma análise do programa *Brasil Urgente* onde procuramos desmistificar alguns aspectos que passam despercebidos, mas se constituem como estratégias que contribuem para a propagação da ideologia dominante. Desta forma seus telespectadores recebem uma gama de ideias que falseiam a realidade concreta e incutem medo social onde as pessoas, oprimidas por uma constante sensação de insegurança, depositam sua confiança na aplicação de medidas estatais pautadas na doutrina da segurança pública. A coerção, então, é internalizada como algo normal e necessário para o bem comum. Sendo assim, a polícia é legitimada como uma força necessária, tendo em vista que o ser humano é portador de um mal intrínseco, portanto, precisa ser reprimido e vigiado constantemente para que não cometa brutalidades.

Consideramos que a construção deste trabalho não se consolidou como um processo simples e fácil. Nos últimos dois anos submetemo-nos a um processo de multiplicação de conhecimentos que, por um lado foi extremamente enriquecedor e, por outro, requereu esforço, paciência e disposição para o rompimento de muitos paradigmas. A discussão da violência é complicada sendo que requer muita atenção, pois, em diversos momentos, fomos levados a cair na armadilha dos conceitos amplamente difundidos que naturalizam e tornam a violência um fenômeno extremamente abstrato e à parte da realidade que está em constante movimento.

Não podemos deixar de ressaltar, também, o quanto é desafiador ser um estudante trabalhador. A vida nesta sociedade impõe um ritmo extenuante e produtivista que raramente nos possibilita desfrutar de uma sensação de tranquilidade que é extremamente necessária para que o pesquisador consiga consolidar o seu trabalho intelectual. Do estudante trabalhador é requerido muito, talvez muito mais do estudante que, por motivos econômicos, possui condições para se dedicar única e exclusivamente aos estudos. Depois de praticamente seis anos de estudo, contando com a graduação, chegamos a um entendimento que consideramos ser muito realista: a universidade, tal como constituída, não é lugar para a classe trabalhadora. Resta-nos, portanto, ocupá-la e transformá-la num ambiente democrático livre da burocracia, da mercadorização e da lógica produtivista que oprimem estudantes, professores e trabalhadores.

CAPÍTULO 1

AS BASES MATERIAIS DA VIOLÊNCIA

1.1 A violência como fenômeno sócio-histórico

No dia 2 de outubro de 1992, há aproximadamente 24 anos, os brasileiros presenciaram aquela que tem sido lembrada como uma das chacinas mais marcantes da história deste país: o “Massacre do Carandiru”. Na ocasião 111¹ internos foram assassinados por um grupo de policiais militares da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), comandados pelo coronel Ubiratan Guimarães sob a supervisão do governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho.

O relato abaixo retrata, detalhadamente, as cenas de terror e violência vividas por um dos sobreviventes do Pavilhão 9. Trata-se de uma carta anônima enviada ao Núcleo de Estudos da Violência/USP, publicada por Pedroso (2005, p. 24-27).

São Paulo, 12 de Outubro de 1992. **O dia do massacre, na Casa de Detensão, Pavilhão 09**

Sexta-feira, dia 02 de outubro de 1992, duas horas da tarde, pavilhão nove da Casa de Detensão, onde tudo começou. Hoje já faz dez dias que aconteceu o massacre. Mas, ainda é muito forte em minha memória, as marcas de terror vividas naquele dia.

Tudo começou com uma briga violenta e, sangrenta entre dois presos que, se confrontavam a golpes de faca. Isto se deu às duas horas no segundo andar, na sexta-feira. Um dos presos, muito ferido à golpes de faca, não aguentou e enfraqueceu. Os seus companheiros não satisfeitos com o resultado da briga, resolveram se vingar e, começaram tudo. Foi uma briga muito feia entre os presos, não todos, talvez um grupo de vinte presos. Os funcionários do pavilhão nove, tentaram se interferir na briga, à fim de controlar a situação, mas agindo de forma errada. Eles queriam controlar a situação, à base de canadas de ferro, batendo em todos, até naqueles que não tinham nada haver com o tumulto. Foi onde tudo deu início, os presos revoltados por apanharem, resolveram bater em alguns funcionários, que assustados e, extremamente amedrontados, saíram correndo, para fora do pavilhão nove, gritando rebelião. O pavilhão ficou totalmente abandonado pelos funcionários. O pavilhão ficou apenas com os presos.

Mais ou menos umas 15:00hrs do mesmo dia, já sabíamos que o pavilhão seria invadido pelo batalhão de choque. Todos resolvemos nos desarmar. Jogando fora, pelas janelas (ventanas) as facas e, pedaços de madeiras. Não existia também butijões de gás, isto porque nossos fogões são brazeiros elétricos.

¹ Número oficial de mortos, porém, pode não ser o real.

Eram mais ou menos uma 15:30hrs, quando o batalhão de choque, chegou ao pátio. Todos nós já estávamos rendidos, esperando os PMs subirem nos andares do pavilhão. Mas, não sabíamos que estávamos esperando a morte.

Todos os presos gritavam “A polícia tá subindo”. Todos nós ficamos em silêncio, mas logo o silêncio foi quebrado. Quebrado com gritos pavorosos, latidos de cães, e muito barulho de tiro. Pensávamos que, os tiros estavam sendo dados apenas para nos assustar, mas na medida em que eles atiravam, muitos presos gritavam e, logo se silenciavam para sempre. Rajadas de metralhadoras, sons estrondosos de espingarda cartucheira calibre doze, barulhos de bombas, latidos de cachorro, gritos de dor e sofrimento eram ouvidos por todos. Todos nós estávamos com muito medo, ouvimos policiais da Rota gritarem “Aqui é a Rota, seus filhos da puta”, “voceis são lixo, animais e, precisam morrer”. Vimos policiais chegarem nos guichês dos xadrezes e, colocarem a metralhadora apontada para dentro e, metralharem a todos, como se fossem ratos. Rezei muito, nunca rezei tanto na vida, mas o terror havia tomado conta de mim e, sabia que logo chegaria a minha hora. Me encontrava num xadrez, com mais oito companheiros, todos nós estávamos completamente nus. Quando os policiais chegaram no giche, gritamos que não atirassem e, abrimos a porta. Na porta do xadrez havia um policial que, com uma faca na mão, tentava nos furar conforme passávamos correndo por ele. Corremos por uma galeria escura, cheia de cachorros, policiais armados de faca na mão, metralhadoras, pedaços de paus, o verdadeiro corredor da morte. Corri muito, vi um dos policiais apontar o revólver a minha direção e, apertar o gatilho, levava pauladas e, facadas que não me acertavam, porque eu corria e gritava muito. Todos os que conseguiram correr, tiveram mais sorte do que aqueles que obedeceram as ordens dos policiais. Muitos que escorregavam na galeria, eram mortos covardemente. Eles caíam e, eram devorados pelos cachorros, eram esfaqueados pelos policiais, eram fuzilados covardemente. Consegui descer até o pátio que, havia muitos presos rendidos, sentados completamente nus, com a mão na cabeça. Chovia muito, ficamos horas e, mais horas ali, sentados, ouvindo tiros e, gritos que, nos atormentava muito. Um dos policiais que se encontrava no pátio, falou: “Já morreu cem”. “Morrendo mais cem já tá bom”. “Tá tremendo porque logo vai chegar sua vez”. Não sabia mais no que pensar, apenas esperava a minha hora. O dia começou a ir embora, a escuridão tomou conta de tudo, a noite ainda estava começando, e ainda tinha muita coisa para acontecer. Depois de escurecer mais, eles deram ordem para os primeiros presos, levantarem e, andarem rápido. Eles iam subir o pavilhão. Pensei que o terror já havia acabado mas, infelizmente não. As três primeiras filas de presos que subiram foram recebidas a mordidas de cães, tiros e facadas. Todos foram mortos. Havia muitos feridos que aguardavam socorros numa fila separada, enquanto todos subiam o pavilhão. Chegou a minha hora de subir, só podia andar olhando para o chão e, via as marcas da devastação. Havia muitos corpos amontoados no chão. Me colocaram numa cela pequena com mais trinta presos, não dava nem pra respirar. Aonde eu me encontrava, dava pra ver o pátio e, foi quando eu vi todos os companheiros no pátio, aqueles feridos que, aguardavam socorros, serem levados para dentro da escolinha e, serem metralhados. Eles gritavam muito, mas não por muito tempo, porque foram mortos. Fiquei abismado com que tinha visto. Já parecia madrugada quando vi, presos carregarem cadáveres e, logo após serem mortos. Não via a hora de tudo aquilo acabar.

Ficamos contando os cadáveres que, passavam carregados pelo pátio e, a conta já ultrapassava duas centenas. O dia chegou, amanheceu, não havia mais PMs, começamos a andar nas galerias e, vimos que as marcas da destruição eram bem maior do que imaginávamos. As galerias pareciam rios de sangue, com mais de um palmo de altura, muito sangue misturado com água. Havia xadrezes lotados de cadáveres, o poço do elevador, cheio de cadáveres.

Muitos feridos à bala, facada, paulada, andavam na galeria procurando pelos seus companheiros que, muitos não eram encontrados.

Um massacre, jamais esquecerei do que aconteceu aqui.

Neste dia perdi um amigo que, era pai de três filhos e já estava no direito de semi-aberto. Os PMs mandaram, ele e mais dois companheiros do, 331-I, porem a cabeça na privada, atiraram, matando os três ao mesmo tempo.

“Somos presos, estamos pagando pelos nossos erros, merecemos viver, somos seres humanos”

M.A.S

Detentos do nove

Não se pode calcular, em termos de humanidade, os impactos resultantes de uma tragédia como essa. Cada chacina, massacre ou qualquer tipo de expressão de violência (em pequena ou grande escala), traz à tona uma constatação preocupante: o mundo está submerso num cenário de profunda violência, que desumaniza e contribui para a perda do sentido de realização da vida. Contudo, pelo ser humano não ser naturalmente violento, tal como afirmam diversas teses, entendemos que o Massacre do Carandiru, assim como as demais manifestações de violência que citaremos no decorrer deste trabalho, coloca-se como um acontecimento determinado por particularidades, que não o elevam ao *status* de fenômeno naturalmente produzido.

As guerras, por exemplo, apresentam-se como um grande desafio à humanidade. O século XX, porém, ficou marcado como um período especialmente violento se considerados os dois principais conflitos bélicos internacionais movidos pela disputa de poder econômico e político: a primeira e a segunda guerra mundial – consideradas as maiores e mais trágicas manifestações de violência já testemunhadas. Sobre a primeira guerra mundial, alguns dados impressionam.

Quando os canhões se calaram, em 11 de novembro de 1918, o total de mortes de militares da Primeira Guerra Mundial tinha chegado a 8,5 milhões. Em números absolutos, ninguém sofreu mais do que a Rússia, que, apesar de sair da guerra 11 meses antes de sua conclusão, teve 2 milhões de mortos. A Alemanha seguiu logo atrás, com 1,8 milhão de mortos, seguida pela França e seu império, com 1,4 milhão (incluindo mais de 1,3 milhão da França propriamente dita), a Áustria-Hungria, com 1,2 milhão, a Grã-Bretanha e seu império, com 900 mil (incluindo 700 mil do Reino Unido), a Itália, com 460 mil, e o Império Otomano, com 325 mil. Medida em termos de tamanho da população, a distribuição das mortes e do ônus global do serviço militar aparece de forma bastante diferenciada, com os russos sofrendo o maior número de baixas entre as grandes potências da Europa. Para cada mil cidadãos, a França (menos seu império) mobilizou 202 homens e perdeu 34, a Alemanha mobilizou 184 e perdeu 30, a Áustria-Hungria mobilizou 154 e perdeu 23, a Grã-Bretanha (menos seu império) mobilizou 141 e perdeu 16, o Império Otomano mobilizou 133 e perdeu 15, a Itália mobilizou 160 e perdeu 13, e a Rússia mobilizou 74 e perdeu 11. Por sua vez, os Estados Unidos mobilizaram 41 homens para cada mil cidadãos e perderam 1,2, mas as 116 mil mortes de militares norte-americanos aconteceram quase que inteiramente nos últimos cinco meses e meio de luta, de Cantigny ao armistício, a uma taxa diária que, projetada para os quatro anos e quatro meses da guerra, teria superado 1 milhão. (SONDHAUS, 2013, p. 571)

Não há como afirmar o número exato de vidas perdidas, entre civis e militares. Alguns autores concordam que, dadas as circunstâncias da época, cada nação envolvida tenha calculado seus mortos de acordo com critérios e métodos próprios.

As estimativas de mortes de civis vão de 5 a 13 milhões, dependendo do método usado para contá-las (números brutos ou o número de mortos excedendo as normas em tempos de paz) e de quando essa contagem parou (em 11 de novembro, ou quando a pandemia global de gripe se esgotou, em meados de 1919). Mesmo que os números mais baixos estejam corretos, em termos humanos, a Primeira Guerra Mundial gerou mais mortes do que qualquer conflito internacional militar anterior. Até hoje, é a terceira calamidade mais custosa da história envolvendo a força armada, atrás apenas da Segunda Guerra Mundial e da Rebelião Taiping da China (1850 a 1864). (SONDHAUS, 2013, p. 571)

A segunda guerra mundial foi ainda pior. Eis alguns dados referentes ao genocídio efetuado na Europa, desconsiderando as mortes de japoneses, norte-americanos e de povos não-europeus.

Conflito algum registrado pela História matou tanta gente em tão pouco tempo. Porém, o mais impactante é o número de mortos entre os civis não combatentes: ao menos 19 milhões, ou seja, mais da metade do total. [...] As causas das mortes de civis incluíam massacres em campos de extermínio e campos de batalha, desde Odessa até Báltico; doenças, subnutrição e fome (induzidas ou não); fuzilamento ou incineração de reféns [...]. As maiores baixas *militares* foram registradas pela União Soviética, que, segundo consta, perdeu 8,6 milhões de homens e mulheres nas Forças Armadas; pela Alemanha, com 4 milhões de mortes, pela Itália, que perdeu 400 mil soldados, marinheiros e aeronautas; e pela Romênia, que perdeu cerca de 300 mil militares, a maioria lutando ao lado dos exércitos do Eixo, na frente russa (JUDT, 2008, p. 31-32).

Podemos, ainda, mencionar outras guerras do século XX como a do Golfo, das Malvinas, do Iraque e do Afeganistão. Atualmente, há diversas disputas territoriais entre países vizinhos, por exemplo, Israel X Palestina e Rússia X Ucrânia. Em diferentes formas e proporções (mesmo que em pequena escala), essas disputas deixam no ar uma dúvida: há a possibilidade de uma terceira guerra mundial? Parece-nos que a ameaça de uma nova guerra mundial está sempre presente, ainda que de modo ideal. Infelizmente, esta realidade de guerras e conflitos desencadeia formas pessimistas de encarar a realidade, bem como indagações acerca de uma possível *desumanidade natural*, ou seja, fica claro, portanto, o motivo pelo qual as pessoas, atualmente, prestam-se a viver sob um pessimismo generalizado: coloca-se em questão a própria humanidade dos indivíduos.

Embora a violência tenha se manifestado de diversas formas, em diferentes níveis e em determinados momentos, seu entendimento como fenômeno social e histórico permite a sua identificação concreta em determinada sociedade e tempo. Nas sociedades capitalistas, as diferentes manifestações de violência são sustentadas pela violência econômica, geradas no trabalho e em sua divisão social, na exploração da força de trabalho e na dominação de classe. Contudo, a visão dominante sobre a violência reproduz a ideia de que ela é parte intrínseca da

natureza humana, manifestando-se em determinados grupos e indivíduos que passam a ser concebidos como potencialmente “perigosos”. Diversos autores reforçam esta perspectiva ao buscarem explicações sobre a natureza e essência da violência através de tentativas de justificação genética para comportamentos violentos, como analisa Maluschke:

Na biologia, pesquisas comparativas do comportamento do homem e do proceder animal têm como objetivo um conhecimento mais específico da conduta humana. Pela comparação com os padrões de procedimento dos animais – por exemplo, agressividade, hierarquia, defesa do território em formigas, peixes e macacos – percebe-se que tais comportamentos têm suas contrapartidas na sociedade humana. Os resultados dessas pesquisas nos apresentam a agressividade como impulso instintivo, isto é, como elemento “natural” de nossa constituição biológica, e ao mesmo tempo aqueles biólogos que fundaram a disciplina da Etologia (NIKOLAUS TINBERGEN, KONRAD LORENZ) – de certa maneira ultrapassando sua competência profissional como biólogos – pretendem propor estratégias para controlar esses instintos.

Há também a hipótese de que as explosões de violência têm a sua explicação na emoção do ódio, que, segundo novas pesquisas de neurocientistas, emerge das áreas primitivas do cérebro, isto é, do sistema límbico, onde se encontram os centros emocionais. Esta área neural primitiva é um sistema de alerta “pré-consciente” que nos faz reagir rapidamente a tudo o que se assinala como ameaça; trata-se, pois, de um mecanismo primordial de sobrevivência. Como os sentimentos de ódio, raiva, medo etc. surgem das áreas autônomas do cérebro, antecedendo a consciência, que tem seu assento numa área mais avançada do cérebro, um controle racional imediato daquelas emoções é impossível. A consciência só pode reagir com um certo atraso a esses impulsos. Também aí se tenta desenvolver estratégias pedagógicas para que as pessoas aprendam a não se deixarem dominar por tais impulsos a fim de evitar atos de violência. (2004, p. 34)²

Outras abordagens buscam entender a violência a partir de conceitos e definições ou tentando enquadrá-la em esquemas pré-estabelecidos numa perspectiva de análise positivista voltada para o estabelecimento de regras e modelos. Para Michaud, por exemplo,

² O autor solicita que seja conferido a seguinte referência: Dozier Jr., Rush W., *Por que odiamos*. São Paulo: M. Books Brasil, 2004, p. 15s.

[...] é um erro pensar que a violência pode ser concebida e apreendida independentemente de critérios e de pontos de vista. Estes podem ser institucionais, jurídicos, sociais, às vezes pessoais [...] (2001, p. 12).

Para o autor há certa dificuldade em se definir a violência, pois ela está [...] *assimilada ao imprevisível, à ausência de forma, ao desregramento absoluto. Não é de se espantar se não podemos defini-la* (MICHAUD, 2001, p. 12). Para ele, a violência não possui regularidade nem estabilidade.

Como definir o que não tem regularidade nem estabilidade, um estado inconcebível no qual, a todo momento, tudo (ou qualquer coisa) pode acontecer? Como transgressão das regras e das normas, a “violência” deixa entrever a ameaça do imprevisível. Num mundo estável e regular, ela introduz o desregramento e o caos. A palavra “violência” é então como a denominação de uma situação de caos absoluto, comparável ao estado de natureza de Hobbes, onde reina a guerra de todos contra todos (2001, p. 12-13).

Para Michaud a violência só pode ser definida a partir de regras. Ele próprio a define como consequência da ausência de regras. Portanto, sua forma de análise é muito diferente da que orienta nosso trabalho, pois não buscamos discutir conceitos de violência, mas entender suas determinações econômicas, sociais, políticas e culturais e suas manifestações na realidade concreta.

Nesse sentido, conscientes dos desafios da discussão que nos propomos a realizar neste trabalho, e certos de que uma análise baseada numa concepção abstrata e relativizada da violência não nos levará a um conhecimento aprofundado de sua concretude e movimento, assumimos a perspectiva teórica que será o fio condutor de nosso estudo, apoiada na teoria social de Marx e abordando a violência como fenômeno histórico socialmente construído.

Para Porto, a violência não pode ser compreendida a não ser à luz do entendimento das determinações que configuram a organização social.

[...] é na natureza da organização social e de suas configurações, transformações, continuidades e rupturas que se devem pesquisar as causas da violência. Essas transformações potencializam a fragmentação de valores, configurando um processo de dissolução

de normas e de pontos fixos de referência que unificariam o olhar sobre a sociedade. A violência deve, assim, ser identificada de forma múltipla, diferenciada, e não pode ser analisada independentemente do campo social no qual se insere. Se muda a natureza do campo social mudam igualmente as formas de manifestação da violência, decorrência da ausência de pontos fixos de referência e da possibilidade da existência de múltiplos arranjos societários (2002, p. 169-170).

Hobsbawn faz uma dura crítica sobre a confusão que se faz a respeito da violência. Para ele, algumas pessoas não estão familiarizadas com o que esse fenômeno é, de fato.

Tanto a moda quanto a imprecisão são significativas, porque a maioria das pessoas que provavelmente lêem livros com títulos como *A Era da Violência* (não precisamente a respeito da poesia simbolista) ou *Filhos da Violência* (que trata de vidas fisicamente mais tranquilas) está consciente da violência mundial, mas sua relação com ela é inédita e enigmática (2013, p. 209).

Ele ressalta que a violência, [...] *como fenômeno social, [...] somente existe sob uma grande variedade de formas. Há ações de diversos graus de violência que supõem diferentes manifestações qualitativas da mesma* (HOBSEBAWN, 2013, p.210).

Todos os movimentos camponeses são manifestações de pura força física, embora alguns sejam excepcionalmente parcimoniosos no derramamento de sangue e outros degenerem em verdadeiros massacres, porque seu caráter e objetivos diferem. Os camponeses ingleses do princípio do século XIX consideravam legítima a violência contra a propriedade, assim como justificável a violência moderada contra pessoas em certas circunstâncias particulares (como nas rixas entre caçadores ilegais e os guardas florestais) os mesmos homens não hesitassem em lutar até a morte. É de todo inútil tratar estes vários tipos e graus de ação violenta como essencialmente indistintos, exceto como uma justificativa legal para a repressão ou como um ponto de controvérsia sobre o tema “jamais ceder à força”. Além disso, ações do mesmo grau de violência podem diferir fortemente em sua legitimidade ou justificativa, pelo menos frente à opinião pública. O grande bandido calabrés Musolino, quando solicitado a definir a palavra “mau”, disse que significava “matar cristãos sem uma razão muito profunda” (HOBSEBAWN, 2013, p.210).

Concordando com Hobsbawn, ressaltamos que as perspectivas que naturalizam a violência, ou seja, que a entendem como uma característica própria do ser humano, visam à discriminação social, acentuando a desigualdade e favorecendo formas de controle social. Aceitar a naturalização da violência é o mesmo que validar a tese de que, como os seres humanos são naturalmente violentos, precisam ser controlados e subjugados por forças externas (como a do Estado na forma da lei e da polícia) para que não vivam, tal como Hobbes defendeu, num estado violento natural de “todos contra todos”. Entendemos que a aceitação dessa tese tem fundamentado a criação da doutrina de segurança pública, adotada por quase todas as sociedades modernas, que aplicam ações violentas como forma de combate à própria violência.

Sobre o entendimento da violência como um fenômeno concreto, histórico e real, agrada-nos a contribuição de Chauí. Buscando as fontes etimológicas da violência, que em latim vem de *vis*, força, a autora indica as suas formas de objetivação:

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. (2011, p. 341)

De fato, existem inúmeras maneiras de se exercer a violência. Mesmo com suas especificidades e particularidades, entendemos que ela (genericamente) pode se realizar em duas dimensões, a econômica e a extra econômica. A violência econômica é aquela resultante da reprodução material efetuada a partir da divisão social do trabalho, da exploração do trabalhador e da dominação de classe – inauguradas no dia em que o ser humano, pela primeira vez, converteu a terra, os instrumentos de trabalho e os meios de produção em propriedade privada. Miséria e pobreza são, por exemplo, duas expressões desta dimensão da violência. A

violência extra econômica é aquela que não está diretamente ligada ao modo de produção, mas, de modo indireto, é determinada por pela dominação de gênero, agressão física e psicológica, tortura, maus tratos etc. É nosso objetivo, entretanto, neste capítulo, discutir a violência econômica.

A violência econômica é um fenômeno histórico – com especificidades dinamicamente determinadas pelo modo de produção em conexão com as bases culturais, éticas, morais, entre outras – que contribui para que as relações sociais se efetivem com extrema complexidade na sociedade capitalista. Como mencionamos anteriormente, ela tem sua gênese na apropriação privada dos meios de trabalho que produzem a própria vida social. Evoluiu em detrimento das transições societárias. Vale ressaltar, contudo, que nenhuma ordem societária produziu tanta violência econômica quanto a capitalista; as contradições econômico-sociais inerentes ao modo de produção capitalista tornaram as sociedades um verdadeiro “campo de guerra” onde diversas manifestações de violência econômica se reproduzem indiscriminadamente. Em a *Miséria da Filosofia*, Marx explica com clareza o motivo pelo qual o capitalismo é um sistema violento.

Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a *riqueza burguesa*, ou seja: a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente (2009, p. 139).

Certamente, o debate sobre as expressões da violência econômica no capitalismo não pode ter como pressuposto a negação da existência da contradição, conflito e luta de classes – contradições estas que, no devir, produziram diversas transformações estruturais e acarretaram a consolidação da desigualdade social como uma constante na vida em sociedade.

As sociedades nacionais contemporâneas e a sociedade global em formação na passagem do século XX ao século XXI tornaram-se um vasto cenário de violência. São muitas as formas de violência,

antigas e recentes, conhecidas e desconhecidas. Desde o sequestro e o narcotráfico à violência urbana e ao terrorismo de Estado, desde os conflitos étnicos e religiosos à “destruição criativa”, são muitas as formas de violência que se manifestam nas sociedades contemporâneas (IANNI, 2004, p. 167).

As expressões da violência econômica constituem-se como fenômeno social global.

Entre os que padecem da violência inerente ao modo pelo qual se organiza e funciona a fábrica da sociedade, encontram-se muitos, milhares, milhões. Não têm senão limitadíssimo acesso aos bens indispensáveis à vida social e à própria vida. A eles destinam-se migalhas. Povoam as grandes cidades, migram em diferentes direções, vagam perdidos por campos e construções, atravessam territórios e fronteiras, continentes. São versões eletrônicas de famélicos da terra, em um planeta em que abundam a riqueza e o desperdício. Sim, são milhões os que padecem a violência com a qual a fábrica da sociedade fabrica a pobreza, a miséria, a fome (IANNI, 2004, p. 148).

O capitalismo, portanto, como o modo pelo qual se organiza e funciona a “fábrica da sociedade”, é um marco histórico no que tange à potencialização das contradições sociais.

À medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, técnicas de dominação e lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e multiplicam-se as contradições sociais. No mesmo curso das lutas e conquistas polarizadas pela democracia e a cidadania, desenvolvem-se técnicas de repressão e as formas de tirania. (IANNI, 2004, p. 170-171)

No modo de produção burguês, mais do que em qualquer outro já experimentado pelas sociedades, as técnicas de repressão e formas de tirania se materializam resultando numa situação de agravamento dos antagonismos sociais.

O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital. Esses operários, compelidos a venderem-se a

retalho, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX; ENGELS, 2011, p.34-35).

Sendo assim, está garantido um padrão de acumulação de riqueza para a burguesia na mesma medida que um padrão de expansão de miséria e desumanização para os trabalhadores. Essa polarização entre riqueza e miséria aduba o terreno social para as diversas manifestações da violência econômica: as contradições entre burguesia (que busca a ampliação de seu poder econômico-político) e trabalhadores (que lutam contra o tolhimento de seus direitos) são pano de fundo para que a tensão social, na maioria das vezes escancarada³ pelos meios de comunicação, se expanda nas cidades, principalmente nas grandes metrópoles. A violência econômica, portanto, resulta em conflitos sociais nos quais os trabalhadores precarizados expressam seu descontentamento a partir de variadas manifestações. Muitas reivindicações são encampadas por movimentos sociais que, organizados e conscientes de si, conquistam direitos até então negados. Outras reivindicações são manifestadas de modo individualizado e desorganizado, e sem a perspectiva de transformação social. O crime, por exemplo, pode ser entendido, em muitos casos, como um ato político de contestação, mas que geralmente representa a busca por necessidades imediatas. O “crime organizado”, que no Brasil é formado por facções como o PCC, combate o sistema da mesma forma que o sistema combate o crime: através da violência; traz consigo, portanto, a falta de perspectiva de manutenção da existência.

O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua *invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas. *Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidade de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem*

³ Escancarada no sentido de que todos os dias noticia-se a ocorrência de crimes, conflitos, disputas etc.

novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 53-54).

Na esteira da luta de classes, encontra-se a figura do Estado que, como sabemos, consolidou-se (no capitalismo) como um mecanismo burocrático da gestão burguesa da vida política, social e econômica. Atualmente, o Estado, gerido sob a perspectiva da estratégia neoliberal, é fraco e enxugado, ou seja, minimizado e sem poder efetivo de intervenção na economia. Ele foi cuidadosamente reformado com o objetivo de favorecer os interesses dos banqueiros, da indústria e do mercado financeiro etc., em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Neste sentido, Netto assinala que [...] *o Estado burguês [...] experimenta um considerável redimensionamento* (2012, p. 6)⁴.

A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” (O’Connor): quando o grande capital rompe o “pacto” que suportava o Welfare State, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais – programa tatcherista que corporifica a estratégia do grande capital de “redução do Estado”, num processo de “ajuste” que visa diminuir o ônus do capital no esquema geral da reprodução da força de trabalho. Entretanto, aquela redução, bem definida nas palavras de ordem que já assinalei e na sua prática – “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” –, decorre do próprio movimento da “globalização”. De uma parte, a magnitude das atividades planetárias das corporações monopolistas extrapola largamente os controles estatais, fundados na circunscrição nacional do Estado; de outra, dada articulação privada daquelas atividades, torna-se limitada a intervenção estatal no nível macroeconômico. É evidente que o tardo-capitalismo não liquidou com o Estado nacional, mas é também claro que vem operando no sentido de erodir a sua soberania – porém, cumpre assinalar a diferencialidade dessa erosão, que atinge diversamente Estados centrais e Estados periféricos (ou mais débeis) (NETTO, 2012, p. 6).

A apropriação do Estado pela burguesia – e a sua gestão – constitui-se como uma das manifestações centrais da violência econômica, pois, [...] *a defesa do*

⁴ Palestra: Crise do capital e consequências societárias. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300002&script=sci_arttext. Acessado em 15/05/15.

“Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, o “Estado máximo para o capital” (NETTO, 2012, p. 6).

As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar, nessa construção ideológica, para a defesa da “liberdade”, da “cidadania” e da “democracia” (NETTO, 2012, p. 6).

No bojo da estratégia burguesa de gestão de todas as dimensões da vida social através do controle Estatal, o que resulta na perda significativa de direitos historicamente conquistados, os trabalhadores, submersos num contexto de retração de direitos, colocam-se numa condição de constante luta.

Os trabalhadores, como demonstra uma experiência histórica bissecular, não caminham bovinamente para o matadouro. Acuados e postos na defensiva por uma complexa conjugação de processos de que não tiveram o controle (desde as transformações societárias referidas ao colapso do “socialismo real”), encontraram forças para uma resistência pontuada por ações de natureza predominantemente molecular, mas com episódios massivos [...]. [...] as lutas sociais, ainda que defensivas, marcaram e marcam a presença dos trabalhadores na contracorrente política [...]. Mais ainda: diante da magnitude hoje alcançada por estes problemas – e expressa em três ordens de fenômenos: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre [...]; a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica, que nos afetará a todos” (Hobsbawn) –, todas as indicações sugerem que o tardo-capitalismo oferecerá respostas predominantemente regressivas, operando na direção de um novo barbarismo, de que as formas contemporâneas de apartheid social são já suficientemente nítidas. Tais respostas, todavia, retroagem sobre a “ordem de reprodução sociometabólica do capital”, afetando a viabilidade da reprodução do próprio tardo-capitalismo e trazem à superfície “a ativação dos limites absolutos do capital” – nas felizes palavras do prof. Mészáros (NETTO, 2012, p. 6-7).

Esse é o contexto no qual as expressões da violência econômica se manifestam na sociedade capitalista contemporânea. A militarização da vida cotidiana é uma expressão real e latente da violência econômica, porém, não podemos discuti-la sem antes refletir sobre os impactos econômicos e sociais

causados pelo processo de reestruturação produtiva que, como uma resposta à crise econômica dos anos 1970, intensificou o processo de precarização dos trabalhadores, principalmente nos países em desenvolvimento como o Brasil.

1.2 Crise estrutural do capital e ofensiva neoliberal

A burguesia, desde a emergência do capitalismo, efetuou inúmeras rupturas considerando o que, até então, fora realizado no período do feudalismo. Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, explicaram com mais detalhes o que isso significou:

Em apenas um século de sua dominação de classe, a burguesia criou forças de produção mais imponentes e mais colossais que todas as gerações precedentes reunidas. O domínio das forças naturais, o maquinismo, as aplicações da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo, o desbravamento de continentes inteiros, a canalização de rios, o aparecimento súbito de populações – em que século anterior se poderia prever que tais forças produtivas cochilavam no seio do trabalho social? (2011, p. 31-32).

Há que se considerar que, na mesma medida em que produziu avanços, o capitalismo também produziu penúrias. O modo de produção burguês traz consigo, desde os seus primórdios, a ameaça de uma crise estrutural cíclica que, de tempos em tempos, eclode espalhando inseguranças, incertezas e depressões econômicas que se alastram nos campos da vida econômica, política e social.

As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna que gerou, como por encanto, meios de produção e de troca tão poderosos assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as potências que evocara. [...] Basta citar as crises comerciais que, em sua periódica recorrência, colocam em perigo, de forma sempre mais ameaçadora, a existência de toda a sociedade burguesa. As crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas (MARX; ENGELS, 2011, p. 32-33).

Ainda no Manifesto, uma afirmação ajuda-nos a entender com mais clareza as consequências dessas crises comerciais recorrentes e ameaçadoras que não podem ser outra coisa senão a própria crise estrutural do capital:

Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contrassenso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou uma guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações, e são por elas entravadas. [...] Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos (MARX; ENGELS, 2011, p. 33-34).

As crises dos anos 1920, 1970 e 2008 são um exemplo e uma prova contundente de que os autores do Manifesto tinham total razão no que tange à ameaça real de crise constante no modo de produção burguês, ou capitalista. A crise econômica dos anos 1970 foi um tanto peculiar, pois, dentre suas inúmeras consequências, desencadeou uma reestruturação produtiva tão forte que, ainda hoje, se faz presente em forma de múltiplas precarizações na vida de milhões de trabalhadores em todas as partes do mundo.

Entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas. Mas, se ela surpreendeu todos aqueles que, nos meios burgueses e pequeno-burgueses, bem como no movimento operário, tinham dado crédito às afirmações segundo as quais os governos do capital estariam de agora em diante em condições de “controlar o ciclo”, nós a tínhamos predito e anunciado quase na data exata (MANDEL, 1990, p. 9).

A reestruturação produtiva foi, entre outras questões, uma ação estratégica, por parte do grande capital, para a contenção dos problemas econômicos causados

pela crise dos anos 1970, bem como uma tentativa de resgatar as altas taxas de lucro conquistadas no período que sucedeu a II Guerra Mundial, conhecido como a *era de ouro do capitalismo*.

[...] a partir dos anos 1970, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto à recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960 onde, particularmente na Europa ocidental, se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais (ANTUNES, 2009, p. 233).

Como Marx e Engels haviam dito no Manifesto, a crise dos anos 1970 também teve como uma de suas causas a superprodução. Segundo Alves,

A nova crise do capital pode ser considerada uma *crise de superprodução* clássica, apesar de ter peculiaridades sócio-históricas que a distinguem das outras crises (ou, ainda, uma crise de superacumulação, segundo Harvey). Suas principais características são o incremento da capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e estoque, um excedente de capital-dinheiro e um nível elevado de desemprego, de caráter estrutural (1996, p. 114).

Essa reestruturação, portanto, gerou um processo de modernização do capital que, segundo Alves, ao funcionar como uma espécie de “sócio-metabolismo da barbárie”, *colaborou para o processo de precarização e da nova precariedade com suas múltiplas formas de irracionalidades societárias e de dessocialização do mundo do trabalho* (2007, p. 104).

Devido as mutações estruturais do capitalismo global decorrentes da crise estrutural do capital e a constituição do sócio-metabolismo da barbárie, altera-se a morfologia da superpopulação relativa. [...] Enfim, explicita-se uma nova forma de ser da *desefetivação* (ou estranhamento) do ser genérico do homem-que-vive-da-venda-da-força-de-trabalho. Um contingente imenso da população proletária *fluída* encontra-se no limiar da *estagnação* ou mesmo da *exclusão social*, submersos no precário mundo do trabalho, incapazes de serem explorados pelo capital e de pertencerem à ordem do “mundo produtivo” de valor (ALVES, 2007, p. 104).

A crise estrutural do capital, como vimos, é uma constante que não pode ser negada e, mesmo que se efetive com especificidades e particularidades em cada

momento histórico, evidencia a vulnerabilidade do capitalismo como um sistema altamente contraditório e inseguro. Nesse sentido, afirmamos que cada momento histórico de instabilidade no sistema capitalista é peculiar e resulta em consequências que perduram por muitos anos. Hoje, depois de aproximadamente cinco décadas, ainda sofremos as consequências da crise dos anos 1970. Outra de suas particularidades foi a emergência do neoliberalismo como modelo de gestão (ressignificado) da engrenagem capitalista.

Começemos com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9).

Segundo Anderson, a experiência inglesa de implementação da estratégia neoliberal foi pioneira e uma das mais ambiciosas.

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado (1995, p. 11).

Segundo Baruco e Carcanholo, o neoliberalismo consolidou-se como uma nova concepção de desenvolvimento.

Após a crise dos anos 1970, a validação das políticas econômicas que garantissem a retomada do processo de acumulação de capital no bloco de países capitalistas exigiu uma concepção de desenvolvimento que disputasse a hegemonia com o keynesianismo – que havia prevalecido nos anos anteriores, chamados de “anos gloriosos” ou “era do ouro” do capitalismo. Esta nova concepção de desenvolvimento inspirada nas teses liberais, a este “novo liberalismo”, portanto, convencionou-se denominar neoliberalismo. O neoliberalismo pode ser interpretado como uma das formas de resposta do capitalismo à sua própria crise dos anos 1960/70 (2011, p. 10).

Para os autores, a estratégia neoliberal de desenvolvimento pode ser entendida a partir de três componentes:

(1) a estabilização macroeconômica (controle inflacionário e das contas públicas) é uma pré-condição; (2) reformas estruturais pró-mercado são necessárias para construir um ambiente econômico que promova a livre iniciativa e os investimentos privados; (3) retomada dos investimentos privados garante um novo processo de crescimento/desenvolvimento da economia. [...] As reformas estruturais de mercado, com liberalização, desregulamentação e abertura dos mercados (sobretudo os de trabalho e financeiros), amplos programas de privatização etc. construiriam o marco estrutural (economia de mercado sem intervenções) que, em função da atuação da mão-invisível do mercado, promoveriam a ordem natural harmônica (BARUCO; CARCANHOLO, 2011, p. 12).

Contudo, esse processo de reestruturação produtiva do sistema capitalista realizou-se de modo insatisfatório para os detentores dos meios de produção, tendo em vista que as taxas de lucro – apesar de aumentadas se comparadas gradativamente com as taxas do período inicial da crise – foram e ainda são proporcionalmente menores que as do período da *era de ouro do capitalismo*. A recuperação parcial e relativa das taxas de lucro deu-se, em grande parte, em detrimento da redução de direitos e intensificação da exploração da classe trabalhadora.

No que tange à reposição da lucratividade, procurou-se, em primeiro lugar, construir um discurso e uma prática associada de redução dos custos salariais [...]. Com isso ampliou-se a pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho (ALVES, 1996, p. 11).

Apesar da não realização plena dos objetivos neoliberais, Anderson ressalta alguns aspectos em que esse projeto obteve êxito.

A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegável. No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Também este foi um resultado satisfatório. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários (1995, p. 13-14).

Apesar do relativo êxito, o principal objetivo neoliberal – a reanimação do capitalismo, ou seja, a restauração das altas taxas de crescimento obtidas antes da crise dos anos 1970 – não foi alcançado.

Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, resta somente uma lembrança distante.

Qual seria a razão deste resultado paradoxal? Sem nenhuma dúvida, o fato de que – apesar de todas as novas condições institucionais criadas em favor do capital – a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não

apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70. No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente (ANDERSON, 1995, p. 14).

A estratégia neoliberal não foi capaz de suprimir a queda tendencial de lucro a nível mundial.

Durante o período dos “anos gloriosos” (1950-1973), a economia mundial cresceu, em média, 4,91% ao ano, enquanto que no período entre 1973 e 1998 essa taxa se reduz para 3,01%. A Europa Ocidental tem a sua taxa média de crescimento reduzida de 4,81% no primeiro período para 2,11% no segundo. Os Estados Unidos, por sua vez, passam de 3,93% para 2,99%, a América Latina de 5,33% para 3,02% e a África de 4,45% para 2,74%. No que se refere às taxas médias de crescimento per capita, o período entre 1950 e 1973 apresenta taxas médias muito superiores às do período 1973-1998, de hegemonia neoliberal (BARUCO; CARCANHOLO, 2011, p. 17).⁵

Na América Latina, Chile e Argentina apresentam insuficientes taxas de crescimento.

O Chile, país pioneiro a aplicar a estratégia neoliberal, depois do golpe militar em 1973, obteve uma taxa média de crescimento, no período 1973-1982 de apenas 1,9%, muito inferior aos pouco mais de 4% da época em que prevalecia o modelo de desenvolvimento por substituição de importações. A Argentina, por sua vez, implementa a estratégia neoliberal a partir de 1976. Se observarmos o período 1976-1983 a sua economia cresce, em média, a apenas 0,5%. [...] Tanto no que se refere ao crescimento do PIB, como em relação ao PIB per capita, os dois períodos de hegemonia liberal, tanto o clássico como o liberal, apresentam taxas médias de crescimento ao período 1950-1973, isto é, toda a argumentação ortodoxa a respeito das vantagens de uma economia pró-mercado, desregulamentada e com pouca intervenção estatal, é desmentida pelos fatos, ao menos no que se refere ao ritmo de acumulação de capital (BARUCO; CARCANHOLO, 2011, p. 18-19).

Alguns dos resultados deste processo na América Latina, segundo Rodrigues, são

⁵ Estes e os demais dados do estudo de Carcanholo e Baruco tem como fonte: Maddison (2001, p. 135).

[...] o aumento da pobreza relativa; baixo nível de geração de empregos; a desnacionalização da economia devido às privatizações; um acirramento da deterioração dos termos de intercâmbio no mercado internacional, fruto de uma desindustrialização da economia; baixo crescimento do PIB; um aumento absurdo da dívida pública, por privilegiar a remuneração do capital financeiro e voltar a política econômica para isso; e diminuição dos investimentos na economia interna para remunerar o capital especulativo, através de superávits primários elevados (2011, p. 54).

E no Brasil, quais os efeitos? Para Rodrigues,

[...] o Brasil encontra-se numa situação sem precedentes na história, os endividamentos, tanto interno quanto externo, estão sacrificando grande parte do orçamento da União para pagar os juros e amortizações dessas dívidas. As mazelas sociais nunca foram tão gritantes e a falta de perspectivas dos brasileiros é visível, por mais que a mídia tente esconder. Em contrapartida, o governo insiste em ir ao exterior dizer aos capitalistas estrangeiros que podem investir no Brasil. Que as dívidas de curto prazo serão alongadas e o retorno de seus investimentos será garantido. Enquanto isso, os brasileiros ficam se sacrificando para pagar essas remunerações, através do baixo salário ou mesmo do desemprego e da desnacionalização das empresas estatais [...] (2011, p. 54).

Portanto, esse processo *traduz a incapacidade do capitalismo contemporâneo em incluir a força de trabalho nos momentos de alguma retomada do ritmo de acumulação* (BARUCO; CARCANHOLO, 2011, p. 19).

Isso ocorre em razão de outro componente da resposta capitalista à sua crise dos anos 1970, o processo de reestruturação produtiva, que inclui o aumento da rotação do capital e o progresso técnico poupador de mão-de-obra, o que redundou, para a força de trabalho que consegue ser aproveitada no processo produtivo, em intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho – ainda que sob formas implícitas, como o segundo e/ou terceiro empregos, necessários para manter o poder aquisitivo anterior – e a menor participação salarial na renda produzida (BARUCO; CARCANHOLO, 2011, p. 19).

Para Netto, o projeto neoliberal viu-se resumido em três pontos, os quais atacaram diretamente os direitos laborais conquistados pelos trabalhadores.

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista (2012, p. 3).

Segundo Barroco, as transformações operadas a partir da década de 1970 contribuíram para o agravamento da degradação da vida humana.

As transformações operadas no capitalismo mundial pela ofensiva do capital, a partir da década de 1970 (Netto e Braz, 2006), resultaram no agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana e da natureza. Aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, entre outros, esse processo intervém na vida dos indivíduos, criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana (2011, p. 206).

Considerando o contexto de agravamento da crise desde os anos 1970 e a emergência do neoliberalismo, Mészáros listou alguns traços que caracterizam a atual crise estrutural do capital:

[...] 2. A crescente crise da dominação econômica do Estados Unidos e suas consequências se propagando por todo o mundo; a permanente intensificação dos conflitos com o sucesso industrial do Japão e os sinais ampliados de uma guerra comercial potencialmente mais devastadora; a erupção de grandes contradições no interior da Comunidade Econômica Européia, ameaçando-a de colapso, o fracasso catastrófico do keynesianismo do pós-guerra e sua substituição ainda mais catastrófica pelas estratégias “monetaristas”, voltadas à revitalização do capital em crise; o maciço e ainda crescente “desemprego estrutural” e a

correspondente erupção de grandes distúrbios sociais sobre as ruínas do *welfare state* e da estratégia do pós-guerra que presunçosamente anunciou a realização do “pleno emprego numa sociedade livre”; o fracasso das estratégias “neocolonialistas” do pós-guerra – ligadas à expansão do “neocapitalismo”, com sua ideologia da “modernização” e sua egoísta “transferência tecnológica” – e o controle disfarçado dos países capitalistas avançados sobre o “Terceiro Mundo”, potencialmente com consequências de longo alcance (2009, p. 83).

Vemos, portanto, que os impactos da reestruturação produtiva atravessaram décadas, sendo que o modelo neoliberal de gestão do modo de produção capitalista não foi suficiente, por exemplo, para conter uma nova crise financeira em 2008.

A crise financeira, iniciada em meados de 2007 no segmento de crédito imobiliário nos EUA, foi grave o suficiente para ser qualificada como “a mais séria e destrutiva desde 1929” pelo comitê Larosière (2009), estabelecida pela União Europeia para avaliar seus aspectos e implicações. Ela adquiriu contornos sistêmicos após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro de 2008. Apesar de menor intensidade, a crise atual apresenta diversas particularidades que a aproximam da Grande Depressão da década de 1930; tais como sua duração, sua abrangência internacional e a incontornável necessidade de voltar a regulamentar o setor financeiro. Dessa forma, não parece estranho que ela tenha passado a ser designada como a Grande Recessão (FARHI, 2014, p. 19).

Farhi pontua que a crise de 2008 passou por algumas fases: a primeira caracterizou-se pela crise do *subprime* norte americano.

[...] iniciou-se em meados de 2007, com a elevação da inadimplência e a desvalorização dos imóveis e dos ativos financeiros associados às hipotecas americanas de alto risco (*subprime*), culminando na falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em setembro de 2008, o que lhe conferiu um caráter de ameaça sistêmica. (2014, p. 20).

A segunda caracterizou-se, especialmente, pela expectativa de retomada do crescimento econômico, com alguns países emergentes apresentando sua economia estável ou em crescimento.

[...] estendeu-se do final de 2008 ao início de 2010. Ela se caracterizou por uma recuperação dos preços dos ativos e por

expectativas de uma retomada de crescimento econômico, em função das políticas fiscais e monetárias adotadas no período anterior. O bom desempenho dos mercados levou os agentes financeiros à percepção de *business as usual* e os bancos passaram a exercer pressões para evitar ou atenuar as mudanças na supervisão e regulação financeira. Foi igualmente no início dessa fase que a crise financeira teve maior impacto na economia real, com forte queda do nível de atividade e alta do desemprego. Esse descompasso conduziu à cristalização do ressentimento popular em relação aos imensos programas de resgate das instituições financeiras (comparado com os insuficientes recursos a programas sociais) e à falta de mecanismos ou de vontade política para impedir o pagamento de milionários bônus a seus dirigentes. No mesmo período, os países emergentes ou ficaram estáveis (Brasil) ou continuaram crescendo sob liderança chinesa, configurando uma recuperação *double-speed* da economia mundial (FARHI, 2014, p. 21).

A terceira caracterizou-se pela ameaça de uma nova contração econômica.

[...] desenvolveu-se do início de 2010 a meados de 2012. Essa fase caracterizou-se por séria ameaça de nova contração econômica, com grande potencial de contagiar o conjunto da economia internacional. A esperada recuperação econômica dos países desenvolvidos mostrou-se anêmica, devido, por um lado, às políticas macroeconômicas contracionistas na Europa e, por outro lado, à necessidade de as instituições financeiras e as famílias prosseguirem no processo de redução de suas dívidas (FARHI, 2014, p. 22).

Os colapsos econômicos de 1970 e 2008 fazem parte de um amplo contexto de crise que, como temos dito, é estrutural e próprio do capital. Os resultados desse processo são esmagadores. Vejamos alguns dados:

1. *Alimentação*. Segundo dados fornecidos pela ONU em 2012, aproximadamente 925 milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente para serem consideradas saudáveis. Bem mais que a metade dos famintos do mundo – cerca de 578 milhões de pessoas – vive na Ásia e na região do Pacífico. A fome é o número um na lista dos dez maiores riscos para a saúde. Ela mata mais pessoas anualmente do que AIDS, malária e tuberculose juntas.⁶

⁶ Disponível em <http://www.onu.org.br/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-fome-em-2012/>. Acessado em 01/10/14.

2. *Emprego.* Segundo dados da OIT, em 2013 a fraca recuperação da economia não foi capaz de conduzir a uma melhoria nos mercados de trabalho. Aproximadamente 202 milhões de pessoas em todo mundo estavam desempregadas. Cerca de 23 milhões de trabalhadores abandonaram o mercado de trabalho. Cerca de 74,5 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos estavam desempregadas, o que representa uma taxa de desemprego juvenil de 13,1 por cento. Cerca de 839 milhões de trabalhadores viviam com suas famílias com menos de 2 dólares diários e 375 milhões de trabalhadores viviam com menos de 1,25 dólar por dia. Estima-se que o número de pessoas em busca de trabalho aumentará em mais de 13 milhões até 2018.⁷

3. *Saúde.* Segundo o Relatório de Estatísticas Mundiais de Saúde 2011, da OMS, em países de baixa renda, as despesas de saúde per capita são estimadas em 32 dólares (ou cerca de 5,4% do produto interno bruto) e, em países de alta renda, em 4590 dólares (ou cerca de 11% do produto interno bruto). Países de alta renda têm, per capita, em média, dez vezes mais médicos, doze vezes mais enfermeiros e parteiras e 30 vezes mais dentistas do que países de baixa renda. Praticamente todos partos em países de alta renda são atendidos por pessoal de saúde qualificado, mas este é o caso de apenas 40% dos partos em países de baixa renda.⁸

4. *Educação.* Segundo o Relatório de Monitoramento Global de Educação 2013-2014 da UNESCO, cerca de 50% das crianças têm acesso à educação pré-primária, mas nos países de baixa renda apenas 17%. 57 milhões de crianças estão fora da escola; a metade vive em países afetados por conflitos armados. Na África subsaariana, somente 23% das meninas pobres da zona rural completam a educação primária. 69 milhões de adolescentes estão fora da escola; em países de baixa renda, somente 37% dos

⁷ Disponível em <http://www.onu.org.br/numero-de-desempregados-no-mundo-aumenta-e-supera-200-milhoes-em-2013-alerta-oit/>. Acessado em 01/10/14.

⁸ Disponível em <http://www.onu.org.br/novo-relatorio-da-oms-traz-informacoes-sobre-estatisticas-de-saude-em-todo-o-mundo/>. Acessado em 01/10/14.

adolescentes, e apenas 14% dos mais pobres, completam a educação secundária. 774 milhões de adultos são analfabetos, o que significa uma queda de apenas 1% desde 2000. Quase dois terços os adultos analfabetos são mulheres.⁹

Esses níveis abissais de precarização da vida são consequências diretas da violência econômica amplamente aplicada pela burguesia através de sua gestão da economia em detrimento da vida social e política, sob o contexto da crise estrutural do capital com seus períodos de retração e estagnação, relativo crescimento e repetidos colapsos – como uma espécie de movimento cíclico - sendo que, no final das contas, a classe trabalhadora é a que sofre. Quanto à burguesia, não podemos dizer o mesmo. No início de 2015 foram publicadas algumas matérias sobre a pesquisa realizada pela ONG britânica Oxfam, a qual expõe a seguinte afirmação: em 2016 a riqueza de 1% da população deverá ultrapassar a dos outros 99% no mundo.

Este relatório, divulgado às vésperas da edição de 2015 do Fórum Econômico Mundial de Davos, sustenta que a “explosão da desigualdade” está dificultando a luta contra a pobreza global. A riqueza desse 1% da população subiu de 44% do total de recursos mundiais em 2009 para 48% no ano passado [...]. Em 2016 esse patamar pode superar 50% se o ritmo atual de crescimento for mantido.

A concentração de riqueza também se observa entre os 99% restantes da população mundial [...]. Essa parcela detém hoje 52% dos recursos mundiais. Porém, destes, 46% estão nas mãos de cerca de um quinto da população. **Isso significa que a maior parte da população é dona de apenas 5,5% das riquezas mundiais.** Em média, os membros desse segmento tiveram uma renda anual individual de US\$ 3.851 (cerca de R\$ 10.000) em 2014. Já entre aqueles que integram o segmento 1% mais rico, a renda anual é de US\$ 2,7 milhões (R\$ 7 milhões) (Grifo nosso).¹⁰

⁹ Disponível em

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/EFAreport_pt_2014_ppt-presentation.pdf. Acessado em 02/10/14.

¹⁰ Estas informações são uma reprodução fiel da matéria publicada no site uol.com.br. Disponível em <http://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2015/01/19/riqueza-de-1-deve-ultrapassar-a-dos-outros-99-ate-2016-alerta-ong.htm>. Acessado em 15/04/15.

Vemos, portanto, que, na mesma medida em que a classe trabalhadora padece, a burguesia enriquece. Além disso, a disparidade da renda entre a chamada “classe média” e a classe trabalhadora também é grande. Isto significa que a contradição entre as forças sociais (capital X trabalho) está cada vez mais polarizada e acirrada. Este é, sem dúvidas, um momento histórico repleto de desigualdades e de intensa disputa de interesses.

Apesar dos enormes ganhos da produtividade do trabalho (a uma escala sem comparação com os séculos anteriores), decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico e da sua rápida aplicação na esfera da produção, a globalização neoliberal acentuou as desigualdades e condenou à extrema pobreza milhões de seres humanos, espalhando, como uma nódoa, a chaga da exclusão social (a “nadificação do outro”, na expressão terrivelmente certa do cineasta brasileiro Walter Salles), que é uma vergonha deste nosso tempo (NUNES, 2012, p. 83).

É nesse contexto de extrema acentuação da desigualdade econômica que as próprias relações sociais se realizam. Os indivíduos, cada vez mais precarizados em detrimento da crise estrutural do capital, são violentados em todos os sentidos da vida social, principalmente no que tange ao tolhimento dos direitos sociais historicamente conquistados. O capital, para conter a constante ameaça de um colapso social, apropria-se do Estado e de todos os mecanismos possíveis para administrar as mazelas da vida social. Não é possível sustentar a dominação de classes sem o uso da força, nesse sentido, regras e leis são criadas – em nome da ordem e do progresso - e aplicadas injustamente em benefício da burguesia. A população se revolta. As grandes cidades se tornam palco de uma disputa violenta na qual as pessoas, os movimentos sociais, os grupos organizados, os sindicatos etc., são rigorosamente reprimidos pelo braço armado do Estado, a polícia. Esta é a militarização da vida cotidiana, resultado direto da violência econômica.

1.3 Militarização na vida social e expressões da violência no Brasil

As sociedades contemporâneas vivem um momento delicado. Trata-se de uma crise intensa de violência que se alastra pelos campos da vida econômica, política e social. Estamos, de fato, passando por um processo de intensificação de

militarização na vida social: a força coercitiva do Estado se faz presente em todas as dimensões da vida e nas relações sociais.

Mais do que a “militarização da segurança pública”, portanto, podemos captar largas doses de “militarização na vida social”, expressa numa “militarização do cotidiano”. Nesse sentido, o foco de análise deve incidir especialmente sobre o Estado, mas não se restringir a ele. **O Estado coloca-se como polo catalisador da militarização** em virtude das atribuições transversais que incorporou ao longo do desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção (em especial, depois do advento do *capital monopolista*) e, mais especificamente, das condições e incumbências que adquiriu no quadro global de crise do capital (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 233-234, grifo nosso).

A vida social encontra-se militarizada porque o Estado coloca-se obrigatoriamente num *estado de guerra permanente*: por se tratar de um Estado burguês, e considerando que as contradições relacionadas ao modo de produção capitalista precisam permanecer dentro de um limite estável, a guerra está declarada contra tudo e todos que se contrapõem aos interesses da classe dominante.

[...] a repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas”, ao mesmo tempo em que avulta a utilização das “empresas de segurança” e de “vigilância” privadas - assim como a produção industrial, de alta tecnologia, vinculada a esses “novos negócios” (e não se esqueça do processo de privatização dos estabelecimentos penais). Tais empresas crescem 300% ao ano, desde 2001 - a maioria delas nos Estados Unidos. A repressão deixou de ser uma excepcionalidade - vem se tornando um estado de guerra *permanente*, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais”, estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos: na lista dos países que atualmente possuem, em termos relativos, a maior quantidade de encarcerados no mundo, os quatro primeiros são os Estados Unidos, a China, a Rússia e o Brasil. Trata-se de um *estado de guerra permanente*, cuja natureza se exprime menos no encarceramento massivo que no *extermínio* executado ou não em nome da lei. (NETTO, 2012, p. 8).

Não é por acaso que, diariamente, ouvimos nos jornais expressões como “guerra contra as drogas”, “guerra contra o tráfico”, “guerra contra o crime organizado”, “guerra contra o terrorismo” e assim por diante. Nessa guerra, as forças

armadas (principalmente a polícia) cumprem uma função importante, pois garantem que a ordem seja mantida através da imposição forçada da lei sobre aqueles que representam “perigo” à sociedade, os pobres.

A retórica militar da guerra ao crime, ativada, segundo Wacquant, pela penalidade neoliberal a partir da década de 1980 [...] pretende efetuar uma reorganização que depende da perseguição permanente dos pobres no espaço público, convivendo com a democracia e o Estado de direito (LOPES, 2009, p. 57).

Sendo assim,

[...] o Estado envolve-se progressivamente com tarefas de “administração” e “gestão” desse quadro social em processo de desmantelamento. Na medida em que o próprio Estado também é atingido pelo redemoinho da crise, as tarefas de “gestão” adquirem moldes coercitivos, com características militarizadas (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 234).

Para que o Estado possa viver num estado de guerra permanente, a repressão precisa ser institucionalizada e, mais do que isso, legitimada socialmente. A militarização da vida social, portanto, se efetiva de diversas formas, mas principalmente através da legalidade e da conformidade social resultante da naturalização/internalização da violência.

A protuberante formatação coercitiva do Estado insere-se num turbulento processo de acumulação alarmante de uma reserva de violência na vida cotidiana. Essa acumulação inclui uma teia capilarizada de *violência econômica* formada pela vasta rede de usurpações, violações e constrangimentos da exploração da força de trabalho, cujos tentáculos alcançam trabalhadores “formais”, “semiformais” e “informais” em escalas distintas. E, mais do que a um processo quantitativo, refere-se à lógica de acumulação capitalista, que pode ser dimensionada pela hipertrofia do complexo industrial-militar e sua ligação com a maioria dos ramos produtivos do capitalismo tardio, pelo inchaço da dimensão estatal coercitiva pelo agigantamento do mercado privado de segurança e seus impactos econômicos e políticos, pela avassaladora experiência cultural da violência e sua naturalização no interior da sociedade civil etc. (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 237).

Alguns acontecimentos recentes comprovam que esse contexto de militarização da vida social no qual estamos inseridos é real: expressam a idiossincrática formatação coercitiva do Estado burguês.

No dia 21/04/2014 o Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, foi invadido pelas forças armadas. Essa intervenção – cunhada com o slogan da “pacificação” – teve como objetivo a eliminação das ações de traficantes e de milícias que, até então, controlavam o Complexo. Dentre outros resultados, a intervenção incidiu no estabelecimento de UPP’s (Unidades de Polícia Pacificadora) em pontos específicos da região para “garantir a segurança” dos moradores.



Foto: Antonio Scorza/ Uol¹¹

Segundo informações¹² da UOL, essa operação contou com 1.180 policiais militares, 130 policiais civis, com o apoio de policiais federais, policiais rodoviários e de 250 fuzileiros navais. Em 15 dias de intervenção, dezesseis pessoas haviam sido mortas. As imagens da invasão foram vistas em todo mundo, pois, na véspera da Copa do Mundo de Futebol da FIFA, o Brasil era o centro das atenções. Na ocasião, as notícias sobre o país eram extremamente negativas. A incrível desorganização na execução de obras como estádios e aeroportos, a repressão policial às manifestações e protestos e os conflitos entre polícia e traficantes (principalmente na cidade do Rio de Janeiro) colocaram o Brasil em cheque e alimentaram dúvidas

¹¹ Imagem disponível em <http://noticias.uol.com.br/album/2014/03/26/exercito-busca-armas-enterradas-por-trafficantes-do-rio-de-janeiro.htm#fotoNav=129>. Acessado em 11/05/15.

¹² Reportagem disponível em <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/05/exercito-inicia-patrolhamento-na-mare-na-manha-deste-sabado.htm#fotoNav=120>. Acessado em 12/05/15.

sobre se o país tinha ou não condições estruturais para sediar este megaevento. Sendo assim, a cinematográfica invasão no Complexo de Favelas da Maré foi decisiva, pois, transmitiu ao mundo a falsa ideia de que a violência nas cidades-sede da Copa do Mundo estava sob o estrito controle do governo brasileiro.¹³



Foto: Christophe Simon/ AFP¹⁴

Essa operação causou reações adversas entre os moradores do Complexo. Muitos a apoiaram, pois, cansados da opressão dos traficantes e milicianos, depositaram nas forças armadas a esperança do estabelecimento da paz em suas comunidades. Outros, desconfiados, temiam por suas vidas, pois, o histórico de intervenções nas favelas do Rio de Janeiro está banhado de sangue e horror.

¹³ Segundo o pesquisador haitiano Franck Seguy, o Haiti serve, além de outras coisas, como campo de treinamento para o exército brasileiro (via Minustah) se preparar para atuar nas favelas do Rio de Janeiro. Veja a sua entrevista para o site da Carta Maior em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Dez-anos-da-ocupacao-militar-no-Haiti-o-povo-quer-que-as-tropas-saiam-ja-/6/30985>. Acessado em 13/05/15.

¹⁴ Imagem disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/conjunto-de-favelas-da-mare-sera-ocupado-neste-domingo.html>. Acessado em 11/05/15.



Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo¹⁵

Na época, a BBC Brasil entrevistou representantes de organizações dos Direitos Humanos que há anos atuam no Complexo. Mário Simões, diretor do Observatório das Favelas, relatou: *“os moradores querem garantias de vida, eles se preocupam com o histórico de mortes e abusos, como na ocupação do Complexo do Alemão (que teve quase 20 mortos), em 2010”*. Alexandre Ciconello, assessor de Direitos Humanos da Anistia Internacional, disse, segundo a reportagem, que a militarização se traduz na abordagem diária aos moradores, que tende a ser truculenta; na criação de uma lógica de autorizações, em que a comunidade passa a depender da aprovação dos militares para fazer coisas que eram parte de sua rotina; e na sistematização de revistas de casas e pessoas - o que pode levar à revolta dos residentes locais:

“Muitos presidentes de associações de moradores são desrespeitados nesse processo, não têm seu papel reconhecido. São figuras que têm legitimidade, foram eleitas pela comunidade. A abordagem a crianças e adolescentes também tende a ser problemática e se percebidas como abusivas levam ao descrédito, revolta e até ações de vingança”.¹⁶

¹⁵ Imagem disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/a-ocupacao-da-pm-no-complexo-da-mare-11974145>. Acessado em 11/05/15.

¹⁶ Reportagem disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140405_militarizacao_mare_ip. Acessado em 13/05/15.



Foto: Pablo Jacob/ Agência O Globo¹⁷

Alguns dias antes da invasão, uma espécie de mandado coletivo permitiu a intervenção das forças armadas no Complexo. Tal mandado, garantido pelo dispositivo de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), foi acordado e assinado entre a presidência da república e o governo do Estado do Rio de Janeiro. A reportagem da BBC prossegue:

Um dispositivo jurídico que pode moldar este tipo de operação e que preocupa os moradores é o mandado de busca e apreensão coletivo, medida que pode ser autorizada por um juiz e que na prática significa que as forças de segurança podem entrar na casa de qualquer pessoa para revistas - de forma semelhante a um estado de exceção em que direitos constitucionais são suspensos.

Um mandado do tipo foi expedido na semana passada, quando 1,5 mil policiais ocuparam a Maré para abrir caminho para a chegada das Forças Armadas.

Para a Anistia Internacional, o assunto é preocupante porque abre caminho para abusos. "É preciso deixar claro que a Maré não é um território de exceção. A segurança e a vida dessas pessoas devem ser garantidas com prioridade, e não se pode tratar uma população inteira como suspeita", diz Alexandre Ciconello.

Em entrevista coletiva, o general Ronaldo Lundgren, que organiza a ação militar, disse que a segunda fase da ocupação não contará com mandados de busca e apreensão coletivos e que atividades de

¹⁷ Imagem disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/complexo-da-mare-ocupado-no-rio-12034256>. Acessado em 13/05/15.

patrulhamento, revistas e prisões na comunidade seguirão os procedimentos legais dentro da normalidade.¹⁸

No dia 29/04/15, no Estado do Paraná, professores da rede pública de ensino realizaram uma manifestação na sede da Secretaria de Estado da Educação (Seed) em Curitiba. Os manifestantes, em greve há aproximadamente 15 dias, exigiam, entre outras coisas, aumento salarial, mais investimentos na infraestrutura das escolas e a não mudança no custeio dos pagamentos da Previdência Social aos servidores do Estado.



Foto: Giuliano Gomes/Agência PRPRESS¹⁹

A manifestação foi fortemente reprimida pela polícia militar. Cerca de 200 pessoas ficaram feridas, sendo que 8 em estado grave.

A PM usou balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e jatos d'água contra os manifestantes. Segundo o site Catve, de Cascavel (PR), a PM usou cachorros contra a população e jogou bombas de gás lacrimogêneo a partir de helicópteros. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o cinegrafista Luiz Carlos de Jesus, da Band, foi atacado por um cão da PM da raça pitbull. Ferido na perna, teve de passar por uma cirurgia. Também segundo a Abraji, o fotógrafo Henry Milleo, da Gazeta do Povo, foi ferido em um dos braços e no abdome por estilhaços de uma bomba de efeito moral lançada pela PM contra os professores.²⁰

¹⁸ Idem.

¹⁹ Imagem disponível em <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/05/professores-protestam-em-frente-secretaria-de-educacao-do-parana.html>. Acessado em 13/05/15.

²⁰ Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/violencia-da-pm-deixa-mais-de-cem-feridos-no-parana-6622.html>. Acessado em 13/05/15.



Foto: Paulo Lisboa/Brazil Photo Press²¹

Segundo informações do site da El País,

O cenário de guerra começou perto das 15 horas, quando manifestantes, aos gritos de “sem violência” e “ei, polícia, prende o Beto Richa” começaram a forçar grades que faziam o isolamento da Assembleia, enquanto os deputados estaduais começaram a sessão para votar o projeto de lei que altera a Paraná Previdência, e que, segundo os professores, acarretaria perda de benefícios. Agressões com cassetete e jatos de spray de pimenta foram registrados. Alguns dos atingidos revidaram contra a polícia, atirando copos de água vazios. A resposta veio com uso de bombas e balas de borracha, que continuaram a ser lançados de forma ininterrupta durante mais de uma hora. Uma creche localizada na região foi atingida, e funcionários e crianças presentes precisaram ser retirados às pressas.²²

No final de 2013, alguns encontros de jovens da periferia da cidade de São Paulo tomaram proporções gigantescas e repercutiram, inclusive, na mídia internacional. Os “rolezinhos”, organizados através das redes sociais, chegaram a reunir em alguns encontros cerca de 6 mil jovens. Os pontos de encontro eram os shoppings da cidade. Os organizadores, quando entrevistados por jornais, afirmaram que o objetivo dos encontros era promover momentos de confraternização.

Os gestores dos shoppings, preocupados com arrastões e furtos, reforçaram sua segurança.

²¹ Imagem disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/manifestacao-de-professores-em-curitiba-tem-confronto-com-pm-bombas-agressao-16013020>. Acessado em 16/06/15.

²² Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430337175_476628.html. Acessado em 16/06/15.



Foto: Robson Ventura/Folhapress²³

Sem tardar, alguns juízes emitiram liminares que impediram os encontros. Os rolezinhos foram reprimidos. Diversos vídeos e fotos divulgados na internet denunciaram as ações truculentas da PM.



Foto: Bruno Poletti/Folhapress²⁴

Estas três experiências não representam a totalidade dos casos de violência no Brasil, porém, expressam a condição de militarização da vida social à qual estamos submetidos. Nos três casos nota-se um fator central: a institucionalização da coerção. Quando os interesses políticos, econômicos e sociais da classe dominante são colocados em cheque ou quando precisam ser colocados em prática, o Estado burguês entra em cena para exigir o que lhe é de direito. Como vimos, os interesses do Estado são impostos pelo poder judiciário com o aval do poder executivo e

²³ Imagem disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1397831-rolezinhos-surgiram-com-jovens-da-periferia-e-seus-fas.shtml>. Acessado em 15/05/15.

²⁴ Imagem disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1397831-rolezinhos-surgiram-com-jovens-da-periferia-e-seus-fas.shtml>. Acessado em 15/05/15.

defendidos pela força policial, como é o caso da invasão do Complexo de Favelas da Maré. Contudo, não podemos deixar de lado a atuação do poder legislativo.

Recentemente, um Projeto de Lei do Senado conhecido por “Lei Antiterrorismo”, proposto logo após as manifestações de junho de 2013 – quando manifestantes e grupos da tática “Black Bloc” entraram em confronto direto com a polícia – comprova que os poderes que compõem o Estado, inclusive o legislativo, atuam firmemente no sentido de legitimar a militarização da vida social. A PLS nº 499 de 2013 “*define crimes de terrorismo, estabelecendo a competência da Justiça Federal para o seu processamento e julgamento*”.²⁵ Esta proposta foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal no dia 13/05/15. Em suma, esta lei propõe o enquadramento e a repressão à população, aos movimentos e aos grupos que ocupam as ruas para manifestar sua insatisfação com o atual estado de coisas. Sendo assim, caso a lei seja aprovada, qualquer manifestante corre um sério risco de ser enquadrado como terrorista.

O art. 2 da PLS define o ato de terrorismo como: “*provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade da pessoa*”.²⁶ Isto significa que um grupo de manifestantes, ao revidar uma investida policial violenta, por exemplo, pode ser enquadrado na Lei Antiterrorismo. A Lei ainda define as penas para a prática do terrorismo, podendo chegar a 30 anos de reclusão. Aumenta-se a pena em um terço caso o crime seja praticado por agente público ou por pessoa que aja em nome do Estado. Em geral, esta lei consolida-se como uma advertência à população para que tome cuidado ao manifestar seus descontentamentos contra o Estado: um alerta da burguesia para que a classe trabalhadora permaneça em seu devido lugar, na condição de classe explorada e subalternizada. E, como se não bastasse, a PLS inaugura uma nova modalidade de terrorismo: o terrorismo contra coisa. Segundo o art. 4º, terrorismo contra coisa é “*provocar ou infundir terror ou*

²⁵ Disponível em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=115549. Acessado em 15/05/15.

²⁶ A lei completa encontra-se disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=141938&tp=1>. Acessado em 15/05/15.

pânico generalizado mediante dano a bem ou serviço essencial". Ou seja, caso a PLS seja aprovada, a pessoa que provocar danos à propriedade privada será considerada terrorista. Além disso, o art. 7º da PLS considera como grupo terrorista *"três ou mais pessoas com o fim de praticar terrorismo"*. As penas podem variar de 5 a 15 anos. A PLS também prevê punição para o *"financiamento do terrorismo, incitação ao terrorismo e favorecimento pessoal no terrorismo"*.

A militarização da vida social se realiza pela condição de opressão – um estado de guerra permanente – do Estado burguês contra a classe trabalhadora, sobretudo, intensificada sobre uma parcela da camada mais precarizada da sociedade: os negros moradores da periferia. Atualmente, eles estão remetidos a um *apartheid social* sem precedentes, pois, em sua maioria, não possuem acesso aos direitos sociais mais elementares como educação, saúde e emprego. Além disso, são um dos principais alvos da polícia genocida que os mata e, com o aval do judiciário, encarcera-os massivamente; são vítimas de um genocídio institucionalizado e legitimado pela doutrina de segurança pública de nosso país. Segundo informações do *Mapa da Violência 2014*, há *"uma acentuada tendência de queda no número de homicídios da população branca e de aumento no número de vítimas na população negra. Essa tendência se observa tanto para o conjunto da população quanto para a população jovem [...]"* (WAISELFISZ, 2014, p. 131).

Entre os anos 2002 e 2012, a tendência nos homicídios segundo raça/cor das vítimas foi unívoca: queda dos homicídios brancos – diminuem 24,8% – e aumento dos homicídios negros: crescem 38,7%. Tomando em consideração as respectivas populações, as taxas brancas caem 24,4% enquanto as negras aumentam 7,8%. Com isso o índice de vitimização negra total passa de 73,0 % em 2002 (morrem proporcionalmente 73% mais negros que brancos) para 146,5% em 2012, o que representa um aumento de 100,7% na vitimização negra total (WAISELFISZ, 2014, p. 166).

As estatísticas mostram que falar em *genocídio* da população negra não é exagero, inclusive entre os jovens.

[...] a situação é mais preocupante: o número de vítimas brancas cai 32,3%. O número de vítimas jovens negras aumenta 32,4%: o diametralmente oposto. As taxas brancas caem 28,6% enquanto as

negras aumentam 6,5%. Com isso, o índice de vitimização negra total passa de 79,9% em 2002 (morrem proporcionalmente 79,9% mais jovens negros que brancos) para 168,6% em 2012, o que representa um aumento de 111% na vitimização de jovens negros (WASELFISZ, 2014, p. 167).

O Brasil é um dos campeões no que tange à taxa de mortes por homicídio. Segundo Brito, Villar e Blank,

Entre 1980 e 2010, o Brasil registrou 1.091.125 de mortos por homicídio, uma média de 4 vidas dizimadas por hora. De 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, passamos para 26,2 em 2010. Situando-nos na faixa de mais de 50 mil homicídios por ano, alcançamos a tétrica posição de sexto país com mais mortes violentas no mundo; se considerarmos apenas os casos de jovens entre 15 e 24 anos, pulamos para a quinta colocação, com 51,6 homicídios por 100 mil habitantes. (2013, p. 215-216).

Para os autores, a escravidão ainda ecoa em nosso país.

Os ecos da escravidão ainda retumbam implacavelmente no quadro brasileiro de homicídios: em 2002, foram assassinados 46% mais negros do que de brancos; em 2008, essa proporção saltou para 103% – isto é, para cada três mortos no Brasil, dois eram negros. Na Paraíba, são mortos 1.083% mais negros do que brancos; em Alagoas, essa proporção é de 974% e, na Bahia, 439,8%. Até mesmo os suicídios ecoam a escravidão, na medida em que, entre os negros, tiveram um aumento de 51,3% e, entre brancos, de 8,6%. (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 216).

Nossa situação, considerando a totalidade dos homicídios no território nacional, coloca-nos, de fato, numa condição de estado de guerra. Temos matado mais que muitos conflitos armados em outras partes do mundo.

As mortes em massa por homicídio no Brasil acomodaram-se ao funcionamento cotidiano do regime democrático em voga no país. Contudo, formaram um painel social tão horripilante que ultrapassa, em termos de média anual, o somatório de mortes dos doze maiores conflitos armados no mundo. É o que atesta o “Relatório sobre o peso mundial da violência armada”, que mapeou as mortes provocadas por 62 conflitos armados espalhados pelo mundo entre 2004 e 2007. Num cômputo geral de 208.349 mortes os doze maiores conflitos mundiais foram responsáveis por 169.574. No Brasil, não há guerras civis nem enfrentamentos étnicos e/ou

religiosos oficialmente declarados ou reconhecidos. Não obstante, há uma torrente de 192.804 vítimas, bem próxima, aliás, do total de mortes provocadas pelos 62 conflitos supracitados (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 216-217).

Além de ocuparmos as primeiras posições do ranking mundial de homicídios, também estamos entre os primeiros quanto à população carcerária. Segundo informações²⁷ recentes do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo. Em 2014, a soma total da população no sistema prisional era de 563.526, o que colocava o país na 4º posição do ranking mundial de população carcerária; se consideradas as 147.937 pessoas em situação de prisão domiciliar, subimos para a terceira posição, ultrapassando a Rússia, perfazendo um total de 711.463 pessoas presas,

Os dados comprovam que há um encarceramento massivo da população negra. Segundo informações do Mapa do Encarceramento de 2014,

Diante dos dados sobre cor/raça verifica-se que, em todo o período analisado, existiram mais negros presos no Brasil do que brancos. Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Constatase assim que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados. O crescimento do encarceramento é mais impulsionado pela prisão de pessoas negras do que brancas.²⁸

Considerando a seletividade étnica no sistema prisional, o número de presos negros por habitantes negros é muito maior que o de brancos por habitantes brancos.

Considerando-se os dados do InfoPen sobre a população no período de 2005 a 2012 e as estimativas para a população brasileira acima de 18 anos no mesmo período, segundo brancos e negros, é

²⁷ Dados disponíveis em http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf. Acessado em 19/06/15.

²⁸ Disponível em <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3230/mapa-encarceramento-jovens.pdf>. Acessado em 19/06/15.

possível observar que o encarceramento de negros aumentou mais do que o encarceramento de brancos. Em 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos acima de 18 anos havia 191 brancos encarcerados, enquanto para cada grupo de 100 mil habitantes negros acima de 18 anos havia 292 negros encarcerados, ou seja, proporcionalmente o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior do que o de brancos em 2012.²⁹

Nessa reflexão sobre a militarização da vida social e as expressões da violência no Brasil, trouxemos experiências reais e dados estatísticos que, em nossa análise, comprovam que estamos submetidos a uma violência institucionalizada, mas não declarada. O estado de guerra permanente – mesmo que escamoteado pelos meios de comunicação sob a égide da guerra contra o tráfico, drogas e crime – configura-se, definitivamente, como uma investida brutal e violenta do Estado burguês contra a classe trabalhadora. As taxas atualizadas de homicídio e de encarceramento não mentem: provam que os negros, pobres e moradores da periferia, parcela mais precarizada da classe trabalhadora no Brasil, são vítimas de um sistema perverso que pune severamente aqueles a quem são negados os direitos mais elementares – herança de nossa tradição escravocrata.

A enxurrada de homicídios no Brasil, manchada pela seletividade econômica, étnica e espacial, aloja-se no andamento do processo democrático. Dado o enredamento crescente da violência com os regimes democráticos, cria-se um problema nestes tempos de “ode à democracia”: a manutenção da própria democracia como um persistente *estado de exceção* sob os influxos das leis férreas da acumulação capitalista. Ocorre um espalhamento da “exceção” (incrustada na “regra”), em nome da defesa da própria “regra”, cuja reprodução, contudo é cada vez mais envolvida pela “exceção” (e dependente dela). [...] Assim, ao longo do século XX o processo de militarização institucional e da sociedade civil representou em geral um sismógrafo dos abalos do poder legalmente instituído e um nutriente da ascensão dos regimes ditatoriais, a militarização atual desenvolve-se associada a um fortalecimento institucional e ideológico do chamado regime democrático (BRITO; VILLAR; BLANK, 2013, p. 238).

²⁹ Idem.

Em nossa análise não há um *Estado de exceção*, apesar de este termo elucidar com clareza a atual condição de militarização da vida social à qual estamos submetidos. O Estado burguês, contudo, é assim mesmo como vimos: criminaliza e pune a classe trabalhadora em defesa de seus interesses, que não podem ser outros senão os interesses da classe dominante.

CAPÍTULO 2

MEIOS DE COMUNICAÇÃO: EVOLUÇÃO E CONTRADIÇÕES

2.1 Da prensa gráfica à era da comunicação: um breve panorama histórico

O desenvolvimento tecnológico proporcionou à humanidade inúmeros avanços em todas as dimensões da vida. No campo da comunicação, a prensa gráfica de Gutenberg foi uma importante ferramenta que revolucionou a capacidade de disseminação de informações e de transmissão de conhecimento.

A prática da impressão gráfica se espalhou pela Europa com a diáspora dos impressores germânicos. Por volta de 1500, haviam sido instaladas máquinas de impressão em mais de 250 lugares na Europa – 80 na Itália, 52 na Alemanha e 43 na França. As prensas chegaram a Basiléia em 1466, a Rima em 1467, a Paris e Pilsen em 1486, a Veneza em 1469, a Leuven, Valência, Cracóvia e Buda em 1473, a Westminster (distinta da cidade de Londres) em 1476 e a Praga em 1477. Todas essas gráficas produziram cerca de 27 mil edições até o ano de 1500, o que significa que – estimando-se uma média de 500 cópias por edição – cerca de 13 milhões de livros estavam circulando naquela data em um Europa com cem milhões de habitantes. Cerca de dois milhões desses livros foram produzidos somente em Veneza, enquanto Paris era um outro centro importante, com 181 estabelecimentos em 1500 (BRIGGS; BURKE 2004, p. 26).

A princípio, houve certa resistência à prensa gráfica em muitos países do ocidente e oriente, pois este instrumento estava começando a quebrar as correntes da ignorância num período histórico em que o conhecimento era privilégio dos nobres e do clero.

Alguns europeus tinham o orgulho dessa superioridade técnica. Henry Oldenburg (1618-77), o primeiro secretário da Sociedade Real de Londres e homem profissionalmente ligado à comunicação científica, relacionou a ausência da impressão gráfica com o despotismo. Observou em uma carta de 1659 que “o Grande Turco é um inimigo da aprendizagem para seus súditos, porque ele acha vantajoso conservar as pessoas na ignorância para poder impor-se. Por isso não tolerará qualquer impresso, sendo da opinião de que a impressão gráfica e o aprendizado, especialmente aquele encontrado nas universidades, são o combustível principal da divisão entre cristãos” (BRIGGS; BURKE 2004, p. 27).

Com o passar do tempo, a produção de impressões cresceu. Esse progresso sempre esteve acompanhado de opiniões divergentes sobre as implicações positivas e negativas da popularização do conhecimento.

De acordo com Acton na sua palestra “Sobre o estudo da história” (1895), os impressos “deram a certeza de que as obras do Renascimento permaneceriam para sempre, de que aquilo que fora escrito seria acessível a todos, que a não-divulgação de conhecimentos e idéias características da Idade Média jamais ocorreria de novo, nem mesmo uma ideia seria perdida” (BRIGGS; BURKE 2004, p. 27).

Segundo Thompson, o desenvolvimento das impressoras contribuiu para o crescimento da economia capitalista no início da Europa moderna.

[...] estas impressoras se tornaram novas bases do poder simbólico que permaneceram em relações ambivalentes com as instituições políticas dos estados emergentes, por um lado, e com aquelas instituições religiosas que reivindicavam certa autoridade sobre o exercício do poder simbólico, por outro lado. O advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes de poder simbólico que geralmente escapavam ao controle da Igreja e do estado, mas que a Igreja e o estado procuraram usar em benefício próprio e, de tempos a tempos, suprimir (2014, p. 84).

É necessário mencionar que esse processo de evolução da comunicação através das impressões culminou no surgimento daquilo que Thompson (2014) chama de *o surgimento do comércio de notícias*, ou, em outros termos, o surgimento da imprensa. Segundo o pesquisador, antes da imprensa propriamente dita, havia, na Europa, algumas redes regulares de comunicação. Essas redes constituíram-se como um importante canal de troca de informações; foram estabelecidas pela Igreja Católica, pelas autoridades políticas e *estavam presentes na atividade comercial que, através de troca de informações entre centros comerciais e comerciantes, contribuiu para a expansão comercial nas grandes cidades* (Thompson, 2014, p. 97). Sobre a origem da imprensa moderna, Thompson faz a seguinte afirmação:

Logo depois do advento da imprensa em meados do século XV, uma variedade de folhetos informativos, pôsteres e cartazes começaram a

aparecer. Estes eram uma miscelânea de sentenças oficiais ou oficiosas, decretos de governo, folhetos polêmicos, descrições de eventos particulares, tais como encontros militares ou desastres naturais, relações sensacionalistas de fenômenos extraordinários ou sobrenaturais, como gigantes, cometas e aparições. Estes folhetos ou folhas eram publicações avulsas e irregulares. Eram impressos aos milhares e vendidos nas ruas por vendedores ambulantes e forneciam uma valiosa fonte de informações sobre acontecimentos correntes e distantes (2014, p. 98).

Mais tarde, a partir do século XVII, publicações periódicas começaram a aparecer, dando origem aos jornais modernos.

Em 1609 folhas semanais eram publicadas em várias cidades alemãs, incluindo Augsburg, Estrasburgo e Wolfenbüttel, e há algum indício de que um periódico semanal possa ter sido publicado algo em torno de 1607 em Amsterdã. Semanários – ou “corantos”, como eram chamadas estas primitivas compilações de notícias naquele tempo – logo surgiram em outras cidades e línguas. [...] Os semanários podiam também ser [...] vendidos em diferentes cidades e países (THOMPSON, 2014, p. 99).

A imprensa periódica evoluiu e se tornou cada vez mais independente do poder estatal. Na Inglaterra, o primeiro jornal diário surgiu em 1702 e abriu a porta para outros que se tornaram especializados em determinados segmentos.

Uma variedade de periódicos mais especializados começou a aparecer, alguns mais interessados em diversões e eventos culturais, outros em finanças e notícias comerciais, outros ainda em comentários sociais e políticos. [...] Em 1750 Londres já contava com cinco bem estabelecidos jornais diários, seis trissemanais, cinco semanários e muitos outros periódicos mais baratos, com uma circulação total de aproximadamente 100.000 cópias por semana (THOMPSON, 2014, p. 101).

O desenvolvimento da prensa gráfica, bem como da imprensa moderna na Europa, configurou-se como uma verdadeira revolução na comunicação. De fato, contribuiu para o crescimento econômico nas cidades sendo que diminuiu os espaços territoriais através da disseminação de informações e conhecimentos com maior agilidade se considerados os métodos utilizados na Idade Média. Não nos ateremos à história completa do surgimento dos meios de comunicação, basta,

neste momento, a compreensão genérica dos processos que culminaram na consolidação da mídia tal como a presenciamos hoje.

Alguns séculos após a origem da imprensa e dos primeiros jornais, os estudos e o desenvolvimento tecnológico permitiram a invenção de um aparelho que, tal como a prensa gráfica, colocou a humanidade num outro patamar comunicacional: o aparelho televisivo. O surgimento da televisão está conectado com a própria invenção da filmadora que permitiu a gravação e reprodução de imagens em movimento. A invenção da filmadora, entre o final do século XIX e início do século XX, também abalou as estruturas da comunicação. Um intrigante texto de Olavo Bilac, do início do século XX, relata o surgimento do cronófono, uma espécie de filmadora primitiva que, posteriormente, contribuiu para o desenvolvimento do cinema e da televisão.

Justamente agora, nos últimos dias de 1903, dois físicos franceses, Gaumon e Decaux, acabam de achar uma engenhosa combinação do fonógrafo e do cinematógrafo – o cronófono –, que talvez ainda venha a revolucionar a indústria da imprensa diária e periódica. Diante do aparelho, uma pessoa pronuncia um discurso: o cronófono recebe e guarda esse discurso e, daí a pouco, não somente repete todas as suas frases, como reproduz, sobre uma tela branca, a figura do orador, a sua fisionomia, os seus gestos, a expressão da sua face, a mobilidade dos seus olhos e dos seus lábios. Talvez o jornal do futuro seja uma aplicação dessa descoberta... A atividade humana aumenta, numa progressão pasmosa. (...) Talvez o jornal do futuro – para atender à pressa, à ansiedade, à exigência furiosa de informações completas, instantâneas e multiplicadas – seja um jornal falado, e ilustrado com projeções animatográficas, dando, a um só tempo, a impressão auditiva e visual dos acontecimentos, dos desastres, das catástrofes, das festas, de todas as cenas alegres ou tristes, sérias ou fúteis, desta interminável e complicada comédia, que vivemos a representar no imenso tablado do planeta³⁰.

Segundo Sartori, a invenção não se deu de modo isolado.

A invenção da televisão não foi um acontecimento isolado ou uma série única de acontecimentos. Ela é, muito pelo contrário, o resultado de um longo processo de pesquisas e descobertas, de novas experiências e acréscimos originais a conhecimentos

³⁰ Revista *Kosmos*, n.1, Jan. 1904. Citado por BUCCI em **Videologias**, p.28.

adquiridos. Particularmente, como recorda Williams, “ela é derivada de um conjunto de invenções e desenvolvimentos da eletricidade, fotografia, cinematografia e radiofonia”. Pode-se dizer, numa síntese preliminar, que a televisão foi isolada enquanto *objetivos* tecnológico específico (ou seja, tendencialmente independente dos supracitados campos anexos) no período de 1880-1890 e que depois, após uma pausa, desenvolveu-se como *empresa* autônoma, desde os primeiros anos da década de 1920 até o aparecimento dos primeiros modelos de televisão pública e privada dos anos 30, para finalmente amadurecer na sua totalidade “institucional” (isto é, como *sistema industrial* complexo, dirigido a um público cada vez maior de consumidores) após o término da Segunda Guerra Mundial [...] (1987, p. 249).

Com relação ao contexto social no início de seu processo de popularização, Leal Filho afirma que a televisão

[...] surge num momento de crise dos paradigmas democráticos, fortemente abalados pela ascensão do nazifascismo e rigorosamente confrontados com as promessas de bem-estar social geradas pelo estado soviético. A guerra retardou por alguns anos a consolidação da TV como veículo de comunicação de massa hegemônico, especialmente na Europa. A BBC, por exemplo, que ao ar pela primeira vez em novembro de 1936, ficou sem transmitir durante quase sete anos por causa da guerra. Ela saiu do ar no dia 1º de setembro de 1939, quando vinte mil residências já possuíam aparelhos de televisão em Londres, e só voltou a operar no dia 7 de junho de 1947 (2006, p. 13).

Os avanços tecnológicos transformaram a televisão num aparelho cada vez mais acessível e completo. A partir dos anos 1950 os EUA assumiram o protagonismo no que tange à criação de estações de transmissão, publicidade, programações, audiência etc. Na Europa, esse processo foi mais lento. Nos anos 1960 a televisão começou a ser levada para os países emergentes. Nesse sentido, sua abrangência tomou proporções globais, pois, até então, a televisão era mais popular na Europa e nos EUA. Hoje, devido a este processo de massificação, desfrutamos amplamente dos benefícios advindos de seu uso como um meio de comunicação de alta eficiência. A própria palavra “televisão”, com o passar do tempo, passou a designar não apenas o aparelho eletrônico propriamente dito, como também as redes que transmitem as programações, ou seja, televisão é quase que o mesmo que “redes de televisão”.

Vivemos na era da comunicação. Nunca, em toda a história da humanidade, tivemos a oportunidade de obter informações em tempo real e em pouco tempo sobre os inúmeros acontecimentos locais e globais. Muito há que se comemorar, pois hoje não contamos somente com os meios de comunicação tradicionais como jornais, redes de rádio e televisão, mas também com a internet, que nos conecta ao mundo. É importante reconhecer que o avanço tecnológico contribuiu para a atualização/ampliação da capacidade de alcance dos meios de comunicação tradicionais, assim como para a criação de novos dispositivos capazes de inserir os indivíduos nos espaços virtuais de fomento da informação e entretenimento. Atualmente, os indivíduos – mais informados do que nunca – dispõem, a baixo custo, de dispositivos como smartphones, tablets e notebooks que, repletos de ferramentas e aplicativos, interconectam-se com o mundo da comunicação contribuindo para o fácil acesso das pessoas às notícias em todo o mundo.

Os meios de comunicação, tal como constituídos hoje, elevaram-nos ao status de sociedades informadas e interconectadas; essa é uma grande conquista, porém, há que considerar as contradições que se apresentam. Com o advento do capitalismo, os meios de comunicação foram apropriados por grupos de interesse; tornaram-se, portanto, grandes conglomerados midiáticos comandados por grupos que, agora proprietários da comunicação, adquirem ainda mais poder econômico, político e ideológico.

2.2 Quarto poder e poder da ideologia

O processo de oligopolização dos meios de comunicação ocorreu em detrimento do metabolismo de acumulação de capital no sistema capitalista, com maior intensificação a partir da abertura econômica dos países emergentes, fruto da implementação da estratégia neoliberal a partir da reestruturação produtiva dos anos 1970.

A oligopolização das mídias insere-se no painel de forte concentração de comandos estratégicos e de mundialização de conteúdos, mercadorias e serviços, facilitada pelas desregulamentações, pela supressão de barreiras fiscais, pela acumulação de capital nos países industrializados, pela

deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes tecnológicas de múltiplos usos (MORAES, 1998, p. 59).

Este processo possibilitou a expansão dos grandes conglomerados comunicacionais dos países centrais para os mercados comunicacionais dos países emergentes. Neste sentido, a estratégia de expansão comunicacional dos EUA foi exemplar, pois, além dos países emergentes, tiveram forte atuação na Europa.

A globalização reforçou enormemente a hegemonia das indústrias do entretenimento baseadas nos EUA. O volume de filmes, programas televisivos e videoteipes exportados para Europa cresceu 225% entre 1984 e 1988, com receita média anual de US\$ 561 milhões. Das 130 mil horas de programas veiculados na região, somente 25 mil eram produções européias. Mais da metade da programação provinha dos EUA, assim como 60% dos filmes exibidos. De 1987 a 1991, Hollywood dobrou as vendas de filmes e seriados de TV para o exterior, evoluindo o faturamento de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 2,2 bilhões. No mesmo período, as gravadoras norte-americanas duplicaram as suas exportações, num total de US\$ 419 milhões em 1991 (MORAES, 1998, p. 64).

A América Latina passou pelo mesmo processo de invasão comunicacional por parte dos EUA.

Coincidindo com o início da desregulamentação e da desestatização, as novas tecnologias impulsionaram o crescimento das comunicações na América Latina, particularmente entre 1987 e 1991. Os impactos sucederam-se, em gradações diversas, de país para país: aumento considerável do número de emissoras de televisão; lançamentos de satélites domésticos; disseminação das antenas parabólicas; funcionamento de emissoras de TV em UHF; implantação e inserção nas redes mundiais de transmissão de dados; introdução da televisão por assinatura (a cabo, por satélite micro-ondas); formação de redes regionais de TV; e importação de equipamentos de telecomunicações e de radiodifusão. O barateamento do uso de satélites e o aumento de demanda por parte das cadeias de TV alargaram o mercado para os centros de produção norte-americanos. Em 1991, os EUA respondiam por 77% da programação das TVs latino-americanas, exportando 150 mil horas de filmes, seriados, desenhos animados, esportes e variedades (MORAES, 1998, p. 65).

Hoje, o panorama comunicacional nos países emergentes está um pouco mudado. Muitas redes nacionais conquistaram poder e tomaram os espaços antes

preenchidos pelas produções internacionais. Nesta complexa teia comunicacional, destacam-se as redes de televisão. Em nossa análise, elas se distinguem dos demais meios de comunicação porque possuem maior poder de alcance. A popularização dos aparelhos televisivos liderada pelos EUA a partir dos anos 1950, de fato, cumpriu seu objetivo. Os aparelhos televisivos são um item quase que obrigatório nas residências em praticamente todos os países do mundo, considerando, obviamente, as especificidades de cada localidade.

As redes de televisão obtiveram tanto poder que, hoje, interligam-se a outros meios de comunicação. No caso do Brasil, podemos citar o exemplo da Rede Globo de Televisão, que deixou de ser uma rede para se tornar uma organização. Atualmente é chamada de Grupo Globo, um verdadeiro conglomerado comunicacional, ou, oligopólio. Vejamos como este Grupo está organizado³¹:

Rede Globo de Televisão: A maior rede de TV do país e líder absoluta de audiência. Tem 5 emissoras próprias e 117 afiliadas. A emissora cobre 98,44% do território nacional, atingindo 5.482 municípios e 99,50% da população. Cerca de 90% da programação é produção própria, o que torna a TV Globo a principal geradora de emprego para artistas, autores, jornalistas, produtores e técnicos);

Globosat³²: Líder no mercado de TV por Assinatura no Brasil. Inovadora, a Globosat criou o 1º canal de notícias brasileiro 24 horas no ar (Globo News), o 1º canal dedicado a produção audiovisual nacional (Canal Brasil) e o maior canal de esportes do Brasil (SporTV). Cerca de 52% do tempo médio dedicado pelo público à TV por assinatura no horário nobre estão distribuídos entre os Canais Globosat, segundo pesquisa do IBOPE realizada entre janeiro e março de 2011.

Sistema Globo de Rádio: No portfólio, além de emissoras tradicionais como a própria Globo e CBN, cujas redes estão presentes cada uma delas em mais de 30 cidades importantes do país, aparecem a Beat98, no Rio, e a BHfm, na capital mineira. Na web estão as rádios Globo FM, Multishow FM, GNT e SporTV, além de 40 emissoras temáticas. E todas elas, inclusive as do off-line, estão reunidas no portal Globoradio.com para milhões de ouvintes

³¹ Informações retiradas no site <http://corp.editoraglobo.globo.com/o-grupo/>. Acessado em 13/05/14.

³² De acordo com o site <http://canaiglobosat.globo.com/index.php/canais> a Globosat possui mais de 33 canais e 3 serviços por demanda na TV por assinatura.

em qualquer parte do mundo. Na TV fechada, os canais de áudio levam opção de programação musical a mais de 2 milhões de assinantes da Net Digital e SKY. E uma vasta gama de conteúdos ainda chega aos consumidores via celular. Rádio, web, áudio canais, mobile e agora eventos, uma área que o SGR detém expertise e que está ampliando como um de seus negócios.

Infoglobo: Empresa que edita os jornais O Globo, Extra e Expresso e os sites Globo e Extra, além da Agência O Globo. Os veículos esclarecem o que acontece de mais importante no Brasil e no mundo e são ferramenta de acesso ao melhor entretenimento e cultura.

Fundação Roberto Marinho: Sociedade civil sem fins lucrativos. Dedicase ao resgate do patrimônio histórico e cultural do Brasil e a vários projetos educativos e voltados para a preservação do meio ambiente.

Globo.com: Lançada em março de 2000, a Globo.com é responsável pela distribuição do conteúdo das Organizações Globo na web. Está entre os maiores portais do país, atraindo cerca de 23 milhões de visitantes únicos/mês (dados IBOPE Nielsen Online, Home and Work).

Som Livre: A Som Livre foi fundada com a finalidade de desenvolver e comercializar trilhas sonoras das novelas da Rede Globo. Além de trilhas, a gravadora, que fica sediada no Rio de Janeiro, também se dedica a compilações e lançamentos de álbuns de alguns dos mais importantes artistas brasileiros.

No Brasil existem outras organizações como o Grupo Bandeirantes (BAND) e o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) que, de certo modo, assemelham-se à Globo em suas rotas de expansão, contudo, nenhuma se compara à Globo. Na França, a situação é semelhante. Segundo Ramonet,

Num país como a França, livre, com uma mídia vultosa, todos os jornais editados nas províncias pertencem a cinco grupos, isto é, a cinco proprietários. Quanto à imprensa nacional, que é como se referem na França à imprensa de Paris, os jornais pertencem a três grupos. Ou seja, não há uma grande variedade de informação, os cidadãos têm uma oferta muito limitada. Há monopólios e, portanto, não existe a variedade que a banca de jornal ilusoriamente nos dá. Quando vamos a uma banca, vemos uma infinidade de publicações, porém a maioria delas pertence a três grupos ou quatro grupos midiáticos que, evidentemente tem seus interesses (2013, p. 61).

No caso do Brasil, a Globo pertence à família Marinho, a BAND à família SAAD, o SBT ao Sílvia Santos, a RECORD ao Edir Macedo e por aí vai. É trágico que a transmissão de televisão, uma concessão pública, esteja nas mãos de algumas famílias e indivíduos. Não é o caso das maiores redes de televisão de nosso país, mas, Ramonet ainda explica que a crise faz com que alguns grupos da comunicação se fundam para não falir; neste processo acabam por se fortalecer.

[...] nestes últimos anos, os meios de comunicação entraram em crise e tiveram problemas em termos de benefícios e rentabilidade. Então foram se vendendo, foram se integrando a grupos maiores e, por meio de fusões, adquiriram a configuração atual (RAMONET, 2013, p. 61).

Há um fator que explica o motivo pelo qual as redes de televisão são tão poderosas e estão tão presentes no cotidiano das pessoas. Segundo Alves, os aparelhos televisivos estão em praticamente todas as residências do Brasil. Os dados são do IBGE.

Em 1960, menos de 5% dos domicílios tinham acesso à televisão. Este número pulou para 24% em 1970, 56% em 1980, 80% em 1991 e 87% em 2000. Em números absolutos houve um salto dos domicílios com televisão de 0,6 milhão em 1960 para 39 milhões em 2000. Outra mudança importante é que no começo do período prevaleciam as televisões em preto e branco e, no ano 2000, as televisões coloridas eram amplamente majoritárias. As horas de transmissão da programação televisiva também cresceram bastante no período, sendo que a companhia líder em audiência nas últimas décadas, a Rede Globo de televisão, foi criada em 1965. A existência de rádio e televisão significa a presença da mídia no interior dos domicílios, ou seja, passa a existir um canal de recepção interno de comunicação das famílias com o mundo exterior. Para o bem ou para o mal, o rádio e, especialmente, a televisão propiciam a integração comunicativa, nacional e global, dos indivíduos e famílias dispersos territorialmente (2004, p. 30).

Em 40 anos o aparelho televisivo tornou-se um dos bens de consumo mais presentes nos domicílios brasileiros.

Em 1960, mais de três quintos dos domicílios brasileiros não tinham iluminação elétrica e vários bens de consumo, como forno de microondas, videocassete e microcomputador, sequer existiam. Ao longo das quatro décadas, um número maior de domicílios passou a

possuir algum tipo de bem de consumo durável e cada vez mais domicílios passaram a contar com um número maior destas mercadorias próprias da sociedade de consumo de massas. No ano 2000, a liderança coube ao rádio e à televisão que estavam presentes em nove de cada dez domicílios (ALVES, 2004, p. 30).

Para o pesquisador, nos anos 2000 os aparelhos televisivos estavam presentes em nove de cada dez domicílios brasileiros. Esses dados nos levam a uma reflexão: as redes de televisão possuem não apenas poder econômico, mas também político e ideológico.

A ideia de que os meios de comunicação são uma espécie de *quarto poder* não nos soa com estranhamento. Alguns podem entendê-los como um poder paralelo que cumpre uma função social fiscalizando e denunciando as injustiças sociais, porém, nós não os entendemos dessa forma, apesar de concordarmos que em alguns momentos eles se prestam a esse serviço. Em nossa análise, os meios de comunicação são um quarto poder sim, porém, mais um poder constituído nas mãos da burguesia além dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Ora, se eles estão, como vimos, sob o domínio de grupos de interesse, de famílias e de indivíduos oriundos da classe dominante, então, as ideias transmitidas por seus canais de comunicação não podem ser outras que não as próprias ideias da classe dominante. Cumprem, portanto, uma função ideológica no esquema da dominação de classe.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Nesse sentido, os meios de comunicação são um poderoso instrumento ideológico, pois transmitem os valores dos grupos de interesse que compõem a classe dominante, ou seja, a sua própria ideologia.

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua

extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Os meios de comunicação, tal como constituídos, estão impregnados da ideologia dominante.

[...] em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica” (MÉSZÁROS, 2012, p. 57).

Na televisão as ideias e valores dominantes são transmitidos através de programações diárias como novelas, filmes, seriados, reality shows, telejornais etc. Estas ideias são como fortes correntes que, ao manipular e mistificar a realidade, acorrentam os telespectadores numa verdadeira transposição do real para o imaginário. No entanto, a televisão não é uma mera transmissora de conteúdos.

Ainda hoje a televisão é debatida segundo uma concepção que a reduz a uma transportadora de conteúdos, uma passagem entre um emissor e um receptor. Mais ou menos como um envelope, um carteiro ou um fio de telefone. O maior problema dessa concepção é que ela ajuda a esconder ou a camuflar a função fundante dos chamados meios de comunicação, sobretudo dos meios eletrônicos: a de constituir e conformar o espaço público (BUCCI, 2004, p. 30).

A transmissão das ideias da classe dominante através da televisão corrobora para a construção de uma consciência fragmentada e acrítica no ideário social, baseada na obediência e subserviência, voltada para a individualidade e para o consumo. O discurso dominante é absorvido pelos indivíduos – como indivíduos singulares no âmbito da vida cotidiana – porque sua consciência está voltada para o *eu*, portanto, em sua condição de individualidade os sujeitos aderem a uma perspectiva de homem e de mundo que não lhes pertence, mas que lhes é imposta ideologicamente.

Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma oposição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos (MÉSZÁROS, 2012, p. 58).

Através dos programas de televisão transmite-se aos indivíduos um modo de comportamento que os condiciona para a vida imediata, não lhes permitindo a compreensão da totalidade da vida e induzindo-os ao imediatismo como estilo de vida. As pessoas são condicionadas de tal forma que acabam por aceitar prontamente a ideologia dominante que lhes é transmitida.

Naturalmente, aqueles que aceitam de modo imediato a ideologia dominante [...] rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante (MÉSZÁROS, 2012, p. 58).

A transmissão ideológica pela televisão realiza-se com facilidade na vida dos indivíduos engodados na dinâmica da vida cotidiana. Segundo Barroco,

No âmbito da vida cotidiana, a consciência do indivíduo singular está voltada exclusivamente para seu *eu*; não é dirigida para o *nós*, os outros, a sociedade. No entanto, o *eu* é sempre social e a interação entre o indivíduo e a sociedade se faz, portanto, de modo social, referindo-se a valores e modos de ser sociais, como vimos. No entanto, por estar voltada prioritariamente para o *eu*, a dinâmica da vida cotidiana não permite que o indivíduo se dirija a exigências humano-genéricas. Para fazê-lo, ele terá que “sair” dessa dimensão (2012, p. 67).

O condicionamento do telespectador para o consumo configura-se com uma das maiores realizações dos grupos que controlam as redes de televisão, pois, através das propagandas comerciais garantem uma extraordinária lucratividade. Nada é mais importante do que a promoção do consumismo como um estilo de vida.

[...] os conglomerados midiáticos são grandes atores do mercado e, ao mesmo tempo, sua missão é difundir ideologias disfarçadas de informação – “ideologia” talvez seja uma palavra politizada, digamos que promovem uma visão de mundo, uma maquete do mundo, um mundo ideal. De maneira geral, é isso o que os meios de comunicação fazem (RAMONET, 2013, p. 63).

A televisão possui a incrível capacidade de vender tudo aquilo que o sistema capitalista objetificou e transformou em mercadoria.

Primeiramente, evidencia a capacidade de fixar sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e em linhas predominantes do imaginário social. Em segundo lugar, demonstra desembaraço na apropriação de diferentes léxicos para tentar colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço de suas conveniências particulares. [...] Em terceiro lugar, incute e celebra a vida para o mercado, a supremacia dos apelos consumistas, o individualismo e a competição. A glorificação do mercado consiste em apresentá-lo como “único” capaz de traduzir anseios da sociedade, como se só ele pudesse se converter em instância de organização societária. (MORAES, 2013, p. 20).

Todas as programações (filmes, novelas, desenhos, seriados, telejornais etc.) são produzidas com a finalidade de conquistar o maior percentual possível de audiência para vender mercadorias, produtos e serviços através das propagandas e dos comerciais. Entreter, divertir, informar e comover colocam-se como estratégias para a captação de consumidores. No intervalo da novela ou do desenho, as propagandas publicitárias estão presentes; não há ética e não há respeito pela pessoa que está assistindo, mesmo que seja uma criança.

Os projetos mercadológicos e as ênfases editoriais podem variar, menos num ponto-chave: operam, consensualmente, para reproduzir a ordem do consumo e conservar hegemonias constituídas (MORAES, 2013, p. 20).

Para Moraes, a televisão possui um poder desmaterializado.

Como se telas, monitores e ambientes virtuais condensassem dentro de si a vida social, as mentalidades, os processos culturais, os circuitos informativos, as cadeias produtivas, as transações financeiras, a arte, as pesquisas científicas, os padrões de sociabilidade, os modismos e as ações sociopolíticas. Trata-se de um poder desmaterializado, penetrante, invasivo, livre de resistências físicas e territoriais, expandindo seus tentáculos para muito além da televisão, do rádio, dos meios impressos e do cinema (2013, p. 19).

Para Kehl, a televisão tornou-se um objeto doméstico, cotidiano e onipresente.

[...] passa a ser transmitida por um veículo que é doméstico, cotidiano, onipresente (pode estar no ar, atualmente, 24hs/dia), e faz a ponte entre a individualidade privatizada e o espaço público que ela

(TV) ocupa ou, melhor, substitui. A televisão tornou-se, desde o pós-guerra até hoje, um emissor de imagens tão onipresente e uniforme a ponto de ocupar o lugar imaginário do Outro nas sociedades onde ela impera. As mensagens televisivas, em especial a publicidade, em sua *unidade técnica* oferecem imagens à identificação e enunciados que representam, para o espectador, indicações sobre o desejo do Outro (2004, p. 46).

A televisão, na era da comunicação, assume seu protagonismo com um poder desmaterializado capaz de transpor o indivíduo do real para o imaginário. A compreensão desse elemento é vital para entendermos sua influência ideológica na sociedade. Uma criteriosa análise acerca dos meios de comunicação – especialmente a televisão – como potencializadores, reafirmadores e transmissores de determinadas formas de pensar, contribui positivamente para o entendimento de que até a mais simples (e aparentemente inofensiva) programação televisiva oferecida por um grupo midiático, como um telejornal policiaisco, por exemplo, possui uma incrível capacidade de construção de falsas representações no ideário social.

2.3 Cultura da violência: espetacularização e medo social

Na reflexão anterior tratamos os meios de comunicação como uma espécie de quarto poder, um poder ideológico capaz de, dentre outras ações, influenciar e condicionar os indivíduos para a realização de um estilo de vida estranho à sua realidade. Dentre todos os meios de comunicação, as redes de televisão são, certamente, um dos mais poderosos. Um dos fatores contributivos para a consolidação deste poder foi a popularização dos aparelhos televisivos, como demonstra o caso brasileiro. Portanto, apropriadas pelo grande capital, as redes de televisão, colocadas a serviço dos interesses da classe dominante, atuam exercendo influência social, política e econômica nas sociedades.

Como bem definiu o pensador venezuelano Ludovico Silva, a televisão é o espaço privilegiado do sistema para aprisionar as pessoas na mais-valia ideológica. O trabalhador, já consumido pelo trabalho, chega em casa, depois de uma longa e terrível jornadas nos transportes públicos, e senta-se em frente à TV, única opção de "lazer". Com um copo de água gelada ou uma cerveja, ele pensa estar descansando enquanto as imagens que saltam da tela seguem

aprisionando-o no mundo do trabalho. Compre isso, compre aquilo, veja a moda da novela, observe esse costume de vida. Tudo ligado na trama da mercadoria. E a pessoa vai absorvendo, completamente amarrada a grande roda do capital, no giro interminável do consumo. Consome-se até mesmo a própria vida. É claro que a pessoa não é um quadro branco onde as coisas são gravadas. Mas, o poder desse veículo é deveras avassalador. A pedagogia da sedução - usada com maestria pela publicidade - opera no cérebro e conquista os "consumidores" para coisas que sequer necessitam. E, assim, o trabalhador, durante o dia, entrega a mais-valia para o patrão, e à noite, segue entregando a mais-valia para outros patrões. É um círculo macabro. Uma forma bem bolada de domar o "rebanho desgovernado", que era como o incensado teórico da comunicação, o estadunidense Walter Lippmann, chamava o povo.³³

Tendo em vista que as sociedades capitalistas estão submersas num contexto de crise estrutural do capital e que as expressões da violência econômica assumem protagonismo na vida cotidiana tendo a militarização na vida social como uma realidade presente principalmente nas grandes metrópoles, a violência acaba por assumir centralismo no campo das relações sociais. O que se constata é que as pessoas estão inseridas num processo de submersão a uma cultura da violência. Nessa cultura, a violência passa a ser recebida, aceita e reproduzida com normalidade.

Episódios truculentos e situações-limite passam a ser imaginados e repetidos com o fim de caucionar a ideia de que só a força resolve conflitos. A violência torna-se um item obrigatório na visão de mundo que nos é transmitida. Cria a convicção tácita de que o crime e a brutalidade são inevitáveis (COSTA,1993, p.83).

Nesse processo de normalização, as expressões da desigualdade econômico-social são relevadas ou tratadas como necessárias para o equilíbrio social e para o desenvolvimento econômico, tal como pregado pelos ideólogos do mercado e pelos defensores do neoliberalismo.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres, entre brancos e negros, a exploração do trabalho infantil e dos idosos são consideradas normais. A existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos

³³ TAVARES, Elaine. *A cultura do medo e da violência*. Artigo publicado no site do Brasil de Fato. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/27412>. Acessado em 23/06/15.

desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos “miseráveis”. A existência de crianças de rua é vista como “tendência natural dos pobres à criminalidade”. Os acidentes de trabalho são imputados à incompetência e ignorância dos trabalhadores. As mulheres que trabalham (se não forem professoras ou assistentes sociais) são consideradas prostitutas em potencial [...] (CHAUÍ, 2011, p. 355).

Na vida cotidiana, esse processo desumanizador implica na construção de uma falsa consciência, de uma visão superficial de homem e de mundo.

Da mesma maneira passa despercebida a violência dos meios de comunicação. [...] a violência da televisão não se encontra nos assuntos ou conteúdos veiculados por ela e sim *na sua forma intrínseca*, isto é, na imagem enquanto imagem [...] (CHAUÍ, 2011, p. 356).

Na cultura da violência, a própria violência assume forma de mercadoria. Como uma mercadoria ela possui valor, de uso e de troca. O capitalismo é a grande indústria dessa mercadoria e os meios de comunicação são seus maiores revendedores. O mercado da violência é diversificado e movimenta quantias inimagináveis em dinheiro. Nós somos seus consumidores. A violência é comercializada nos espaços comuns e privados. Nesse sentido, ela é aplaudida nas salas de cinema, lida nos best-sellers e assistida nas residências em programas de televisão como seriados, novelas e jornais.

Assistimos ao espetáculo da violência. A própria frase encerra seu significado mais dramático. Parte das pessoas encara a violência no papel de espectadores e a consomem pelo filtro dos meios de comunicação – seja a televisão, o rádio, as redes sociais. Sujeitos apassivados adornianamente pela indústria cultural, transformados em espectadores que expectoram catarticamente para o vídeo burro seus anseios e frustrações, para vê-los realizados pelo outro inexistente, tornando-os vazios.³⁴

Das histórias em quadrinhos aos jogos de videogames, a violência é consumida na infância, adolescência e na vida adulta; é comercializada na forma de

³⁴ IASI, Mauro. *Violência e ideologia*. Artigo publicado no site do Blog da Boitempo. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/03/violencia-e-ideologia/>. Acessado em 24/06/15.

brinquedos e roupas, suscitando prazer imediato em seus telespectadores, seguidores, adeptos, praticantes e consumidores.

Uma olhada nas séries de mais sucesso entre a classe média que pode pagar uma TV à cabo ou digital (e que mais tarde vêm para a TV Aberta), o que se vê é que as do topo da lista são as dos "justiceiros". Aqueles mocinhos - geralmente brancos e ricos - que caçam e matam os bandidos que a justiça formal deixa escapar. Um caso extremo é o do seriado Drexler (maior audiência nos EUA), no qual um policial é o serial killer (assassino em série). Ele persegue, tortura barbaramente e mata aqueles que a justiça não aprisiona. É um psicopata que inclusive cataloga fotos e amostras de sangue de cada assassinado. Pois esse cara é um herói. E assim, poderíamos elencar outras séries e filmes que povoam nossas televisões, cotidianamente, fortalecendo a pedagogia do "justiçamento".³⁵

Concomitantemente à sua espetacularização, na cultura da violência dissemina-se o medo social. Os meios de comunicação, através dos telejornais policiais, por exemplo, imbricam um medo profundo no ideário da população. A espetacularização e o medo são duas dimensões da cultura da violência que se entrecruzam e que caminham na mesma direção com o mesmo objetivo: conformar, condicionar e adestrar o indivíduo para uma vida individualizada, egoísta e marcada pela desconfiança. Para Baierl, a violência

[...] na forma como vem se constituindo na realidade, faz emergir o medo, que leva as pessoas a paralisarem e alterarem suas relações e suas formas de ser no espaço em que vivem, em seus contextos individuais (2004, p. 40).

Segundo a autora, esse medo não é um fenômeno recente, pois possui relação direta com a forma pela qual violência é reproduzida na sociedade. Em sua análise o medo está presente na história da humanidade, inclusive, como sendo uma estratégia de opressão.

Na nossa sociedade e na história da humanidade, o medo tem sido usado como instrumento de manipulação das pessoas, subjugando-as, tornando-as escravas e dominadas por determinados indivíduos, grupos ou situações. Trata-se da exploração das pessoas e da coletividade, utilizando-se do medo como mecanismo e instrumento

³⁵ TAVARES, Elaine. *A cultura do medo e da violência*. Artigo publicado no site do Brasil de Fato. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/27412>. Acessado em 23/06/15.

de escravidão. As pessoas atemorizadas tornam-se reféns de outras. O fato é que a pessoa acaba tendo “medo do medo” e, então, para não sentir medo, paga qualquer preço. Este é o ponto mais complexo em relação ao medo: que preço as pessoas estão pagando para não sentir medo? As pessoas alteram sua rotina, sua forma de ser no mundo, alteram as relações sociais, não ficam mais indignadas, aceitam o inaceitável, fingem não ver, estão reconstruindo territórios, buscando formas de defesas, revides, mudando horários etc. (BAIERL, 2004, p. 39-40).

Portanto, ela considera que o medo social é

[...] um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Medo produzido e construído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas, com vistas a atingir determinados objetivos de subjugar, dominar e controlar o outro, e grupos, através da intimidação e coerção. Esse medo leva determinadas coletividades, territorializadas em determinados espaços, a temer a tal ameaça advinda desses grupos (BAIERL, 2004, p. 48).

Segundo Costa, o medo social gera um clima generalizado de insegurança.

Todos se sentem vulneráveis: todos buscam atacar primeiro; todos vivem sob o temor da represália. O clima de insegurança e o vivido persecutório generalizam-se. Os agressores tornam-se mais audazes e ferozes, procurando surpreender as vítimas antes de ser surpreendidos; os agredidos tornam-se mais dispostos a conceder aos bandos de extermínio carta aberta para fazer o que quiserem, alegando o que bem queiram. [...] Posto que o inimigo está em todo lugar e pode apresentar-se nas situações mais imprevisas, sob qualquer aparência, tem-se que nomeá-lo e dar-lhe uma visibilidade imaginária qualquer. A palavra violência vira uma entidade. O invisível e imprevisível parecem dessa maneira corporificar-se (1993, p.86).

Como uma dimensão da cultura da violência e como resultado da forma como a violência é vendida pelos meios de comunicação, o medo social constitui-se como fator necessário para a dominação de classe. Os meios de comunicação, a serviço da classe dominante, instigam a classe trabalhadora contra si, fazendo-a acreditar que o perigo, ou melhor, que o inimigo está em seu próprio meio; cria, portanto, a imagem do inimigo social.

O universo social simplifica-se monstruosamente entre fortes e fracos. Quem ocupa a posição de agressor é objeto de temor e ódio por parte da vítima e quem ocupa a posição de vítima é objeto de desprezo e indiferença por parte do agressor. Pouco importam características físicas, psíquicas ou sociais dos sujeitos. Na montagem violenta o que conta é a força ou a fragilidade de quem ataca ou defende (COSTA, 1993, p. 85).

O inimigo social representa a imagem do mal.

[...] a imagem do mal e a imagem da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência culpada. Precisamos das imagens da violência para nos considerar sujeitos éticos (CHAUÍ, 2011, p. 345).

“Todo ser humano é um homicida em potencial”. Esta é uma mensagem constantemente transmitida pelos telejornais policiais. Entretanto, basta assistir a uma edição desses jornais para constatarmos que o inimigo social (agressor, bandido, assassino) possui um perfil: negro, pobre e morador da periferia. Nas palavras dos apresentadores de telejornais policiais ou nos textos de colunistas em jornais impressos de grande circulação não se vê uma só menção à etnia, cor ou classe social do inimigo, mas a imagem do negro, pobre e morador da periferia está deliberadamente estampada nas notícias e reportagens apresentadas diariamente.

Essas imagens têm a função de oferecer uma imagem unificada da violência, que seria como que o núcleo delas. Chacina, massacre, guerra civil tácita e indistinção entre polícia e crime pretendem ser o *lugar onde* a violência se situa e se realiza; fraqueza da sociedade civil, debilidade das instituições e crise ética são apresentados como *impotentes para coibir* a violência, que, portanto, estaria situada noutro lugar. **As imagens indicam a divisão entre dois grupos: de um lado, estão os grupos portadores de violência e, de outro, os grupos impotentes para combatê-la** (CHAUÍ, 2011, p. 347, grifo nosso).

A repetição diária da imagem do negro como um inimigo em potencial gera medo e desconforto. Os telespectadores consumidores da violência, usurpados de sua consciência crítica e condicionados para a vida imediata, reproduzem (em seus lares, com seus amigos e em seus espaços de interação) a ideia de que o mal está à solta. As pessoas, então, temem que o mal lhes sobrevenha: afastam-se do

perigo. Essa lógica perversa favorece o racismo e o *apartheid* social, uma vez que a imagem do mal está atrelada ao negro, pobre e morador da periferia.

Na luta contra o mal um personagem se destaca: o policial. O policial é o defensor do bem, guerreiro da pátria e promotor da ordem. Ele protege a vítima e combate o inimigo. Para que o mal não exerça seu domínio, a polícia emplaca uma verdadeira guerra contra o inimigo. O resultado dessa guerra é o genocídio e o encarceramento em massa da população negra, tal como vimos anteriormente. O negro, pobre e morador da periferia é constantemente vigiado, abordado e investigado. As viaturas policiais invadem as favelas para perseguir e prender. O policial, autorizado pelo Estado e legitimado da população amedrontada e vitimizada pela violência, executa sua missão através de estratégias legais e, quando necessárias, ilegais. A polícia está acima do bem e do mal. Quando a atuação da polícia não é satisfatória, a população se enfurece e se sente no direito de fazer justiça com as próprias mãos. Linchamentos, por exemplo, estão se tornando uma prática constante em nosso meio.

Recentemente a jornalista Raquel Sheherazade, emitiu uma opinião que exemplifica muito bem o que dissemos no parágrafo anterior. Trata-se de uma declaração proferida ao vivo numa edição do Jornal do SBT, um telejornal diário. A jornalista, muito furiosa com a ausência de segurança pública, comenta sobre um “marginal” que havia sido espancado e amarrado nu a um poste por pessoas revoltadas que, na ausência dos policiais, tiveram que agir com as próprias mãos. O fato aconteceu em 18/02/2014 na cidade do Rio de Janeiro.

“O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que invés de prestar queixa contra seus agressores, ele preferiu fugir antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau-de-galinheiro. Num país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídios e sofre de violência endêmica, **a atitude dos vingadores é até compreensível**. O Estado é omissivo, a polícia desmoralizada, a justiça é falha: o que resta ao cidadão de bem que ainda por cima foi desarmado? Se defender, é claro. O contra-ataque aos bandidos é o que eu chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E, aos defensores dos direitos humanos, que se apiedaram do

marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido”.³⁶

O “marginal” era, não por coincidência, um adolescente negro, pobre e morador da periferia. Se, nesta declaração, substituirmos as palavras “marginalzinho” e “bandido” por “negro, pobre e morador da periferia”, teremos a certeza maior de que se trata de um discurso racista e fascista.

Alguns meses após este acontecimento, a mídia noticiou a prisão dos justiceiros que prenderam o adolescente ao poste, uma das manchetes dizia o seguinte: “**Jovens** que amarraram infrator em poste são detidos por tráfico: rapazes da classe média são **suspeitos** de vender drogas na Zona Sul. Na casa de um deles, a polícia apreendeu drogas, armas e dinheiro”.³⁷

Vemos, portanto, o modo como os meios de comunicação transmitem as informações. Quando a quem se atribui um ato infracional ou crime é negro, pobre e morador da periferia, adjetivos como **bandido, marginal e infrator** são muito comuns. Porém, quando se atribui um ato infracional ou crime a um branco, da classe média e morador de prédio ou condomínio fechado, o mesmo é tratado como **jovem e suspeito**, não tido como menor infrator, muito menos como “marginalzinho”. Esse processo faz parte da manipulação dos meios de comunicação que, nesse caso, vendem a violência com o objetivo de incutir o medo social na população.

A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (Chauí, 2000), a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal – veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação – falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a

³⁶ Opinião disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gi_O9ko-OWE. Acessado em 29/06/15. Transcrição fiel à declaração, sem correção ortográfica e gramatical.

³⁷ Veja a reportagem completa em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/10/jovens-de-classe-media-sao-presos-durante-acao-contra-o-trafico-no-rio.html>. Acessado em 29/06/15.

“questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia (BARROCO, 2011, p. 208).

Como espetáculo ou como medo, pelo prazer ou pela fuga, os meios de comunicação vendem a mercadoria violência para satisfazer nossos anseios por uma vida imaginária, sem sofrimentos.

O discurso ideológico sobre a violência, sua espetacularização, que é outra forma de referir-se à sua mercadorização, cumpre, então, uma função além de sua distorção ou negação. A violência é simultaneamente louvada e negada [...].³⁸

Os telejornais policiaiscos atuam exatamente com as duas dimensões da cultura da violência: a espetacularização e o medo. Dessa forma, transmitem ideologicamente falsas noções da realidade, incutem a imagem do inimigo social, espalham o medo social, geram medo e prazer simultâneos numa população amedrontada e acuada pelo medo de um inimigo irreal criado para prender as pessoas em suas casas e torná-las cada vez mais egoístas e despolitizadas, sem poder de reação contra a opressão de classe à qual estão submetidas. Cabe agora compreender a atuação do jornalismo policiaisco no Brasil.

2.4 O jornalismo policiaisco no Brasil

O programa *O homem do sapato branco* (1963) da TV Cultura, apresentado por Jacinto Figueira Junior, foi o pioneiro no cenário do jornalismo policiaisco no Brasil.

Esse programa tem grande relevância não só por ser o primeiro, mas pelo impacto simbólico que sua postura e linguagem geraram: o apresentador utilizava sapatos brancos, assim como médicos, pois se dispunha a fazer a função de médico à sociedade, ao povo. Esse foi o primeiro programa que colocou de fato casais para brigar, mostrando o enfrentamento entre familiares, sendo interrompido no mesmo ano por problemas com a ditadura militar e retomado nos anos 1980. Tal maneira de apresentar denota, desde então, o anseio em colocar em choque, internamente, a população em seu programa,

³⁸ IASI, Mauro. *Violência e ideologia*. Artigo publicado no site do Blog da Boitempo. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/03/violencia-e-ideologia/>. Acessado em 24/06/15.

mostrando seus problemas em uma arena televisiva pública (BARATA, 2011, p. 33-34).

Desde então, outros programas desse tipo ganharam repercussão e aceitação nacional – um deles foi o *Cadeia*, de Alborgheti.

Outro programa relevante para a formação da mídia policial televisiva no Brasil foi o *Cadeia*, apresentado por Luis Carlos Alborgheti, que foi inicialmente transmitido em 1979, somente para a cidade de Londrina, por um período de 5 minutos, que, de acordo com o *site* do apresentador, cresceu de modo progressivo, atingindo todo o Estado do Paraná. Enquanto o *homem do sapato branco* se colocava como presença solucionadora, ou de mediação de conflitos, de cura, ou de saneamento como um médico, Alborgheti caracterizava-se por sua agressividade diante das próprias notícias que apresentava, bem como em relação à sua equipe técnica (BARATA, 2011, p. 34-35).

O programa *Aqui Agora*, marco do jornalismo policiaisco brasileiro, teve sua origem em 1991.

[...] tratava-se de um programa jornalístico policial que tinha dois âncoras apresentando notícias e repórteres de campo, sendo três de seus mais famosos Celso Russomano, candidato derrotado ao Governo de São Paulo em 2010, que fazia o quadro *Defesa do consumidor*, Gil Gomes, repórter dos crimes mais hediondos e grotescos com um pesado tom narrativo, e Jacinto Figueira Júnior, o *homem do sapato branco*. Apesar de contar com tal tipo de cobertura, o *Aqui Agora* aparentemente almejava uma visão menos opinativa das notícias veiculadas [...] pelo fato de seus âncoras permanecerem sentados como em outros telejornais convencionais fazendo as chamadas para os repórteres de campo (BARATA, 2011, p. 36).

Gil Gomes, um repórter peculiar, destacou-se entre seus colegas. Seu estilo o consagrou como referência no jornalismo policial, tendo em vista que influenciou outros apresentadores que conduziram outros programas nas diversas redes de televisão do país.

Muitos estudos apontam o programa *Aqui Agora*, que consagrou o estilo do repórter Gil Gomes, como um dos principais precursores do gênero. Segundo Borges (2002), até então, esse tipo de abordagem tinha uma participação restrita dentro de alguns programas ou jornais [...] O programa, que estreou no SBT em 1991, era transmitido nos

fins de tarde e tinha como *slogan* frases como: “um jornal vibrante que mostra na TV a vida como ela é!” ou “um jornal independente que mostra na TV a vida como ela é!”. Alguns de seus elementos mais marcantes eram as reportagens em que o cinegrafista, com a câmera na mão, acompanhava Gil Gomes, enquanto este apresentava as cenas de forma dramática, com entonações de voz marcantes e gestos bruscos [...] (ROMÃO, 2013, p. 35).

Gil Gomes despertou a atenção de muitas pessoas. Segundo pesquisa apontada por Costa (1989), ele era tratado pelos fãs como *homem bom*, *justiceiro*, *educador*, entre outros adjetivos.

[...] Costa (1989) ressalta a relação estabelecida entre os ouvintes e telespectadores do programa e Gil Gomes. De acordo com o levantamento das cartas recebidas pelo radialista feito pela autora, Gil Gomes é tratado por seus fãs como um amigo, conselheiro, justiceiro, detetive e educador: em suma, um homem *bom*, para o qual diversas queixas eram dirigidas. Nessas cartas também podem ser encontrados depoimentos sinceros com opiniões sobre os programas. Entre os temas elencados por Costa (1989) temos: sugestões para o combate à violência; pedidos diversos feitos ao radialista; reclamações sobre o governo, polícia ou Justiça; cartas de amor e até cartas com temas sobrenaturais (BARATA, 2011, p. 37).

O programa *Aqui Agora* atingiu altos níveis de audiência e durou, aproximadamente, 6 anos. Segundo Periago (2004),

Além de notícias corriqueiras sobre celebridades e curiosidades, o programa centrava-se, especialmente, em casos policiais, ressaltando aspectos grotescos e crimes escandalosos. Assim, o *Aqui e Agora* conseguiu atingir uma faixa de mercado até então pouco explorada pelo jornalismo televisivo: com seu formato agitado e sensacionalista, visando à audiência das classes C, D e E, o programa alcançou níveis extraordinários de audiência, no seu melhor período variando entre 16 e 29 pontos de IBOPE (apud ROMÃO, 2013, p. 36).

Após a queda de audiência o programa foi encerrado, porém, deixou seu legado: mostrou a todas as redes de televisão (interessadas) que o mercado de jornalismo policial no Brasil estava pronto para ser explorado.

Com a queda da popularidade e o consequente fim do *Aqui Agora*, em 1997, uma série de programas foi lançada por praticamente todas

as redes privadas de televisão na tentativa de conquistar esse público; *Na Rota do Crime* (Rede Manchete), *190 Urgente* e *Cadeia Alborgheti* (Rede Gazeta), *Tempo Quente* (Rede Bandeirantes), *Repórter Cidadão* (Rede TV!), *Brasil Urgente* (Rede Bandeirantes), *Cidade Alerta* (Rede Record), ou mesmo o *Linha Direta* (Rede Globo) (ROMÃO, 2013, p. 36).

Com o passar do tempo, esses programas tornaram-se mais sofisticados. O programa *Linha Direta* da Rede Globo, por exemplo, apresentou algumas características que o diferenciava dos demais programas. A mistura entre notícias, denúncias e dramaturgia apresentou-se como uma inovação. Além disso, o público podia interagir com o programa através da denúncia (via contato telefônico) dos “criminosos” os quais tinham suas imagens expostas em cada edição. Esse programa teve, em sua trajetória, dois apresentadores que diferiam em postura e comportamento.

Ademais, a interatividade proposta pelo *Linha Direta* pode colocar os participantes enquanto protagonistas do programa, tendo este procedido à denúncia de algum suspeito que apareceu no programa. No que se refere à performance dos âncoras do *Linha Direta*, é notável que Domingos Meirelles assuma um tom mais sóbrio, ponderado e menos agressivo que Marcelo Rezende, o que o aproxima do “padrão Globo” de jornalismo (OLIVEIRA, 2007, p. 171). Nesse sentido, o programa abusa não somente das simulações, reconstituições, encenações de crimes com atores, mas, também, de artifícios gráficos, buscando atingir maiores audiências (BARATA, 2011, p. 40-41).

Alguns desses programas continuam atuando no cenário do jornalismo policialesco no Brasil. Nota-se que, no geral, eles preservaram as características centrais dos programas pioneiros – principalmente no que tange à exploração da violência urbana – contudo, com o passar do tempo, agregaram algumas estratégias sofisticadas que lhes garantiram (e ainda garantem) bons níveis de audiência em todo país; é como um processo de constante atualização. A informalidade na maneira como os apresentadores se comunicam, por exemplo, é um aspecto que se reatualiza e que, desde os primórdios, tem contribuído para a aproximação do apresentador com o seu público: [...] *trata-se de uma linguagem informal, muitas*

vezes se valendo de gírias, palavrões ou expressões coloquiais, que dão um tom de uma conversa direta com o telespectador (ROMÃO, 2013, p. 34).

É importante salientar, também, que existem algumas diferenças entre os jornais policiaiscos e os tradicionais, apesar de considerarmos que, na atual conjuntura da mídia brasileira, ambos “convergem de mãos dadas” para o caminho da superficialidade e do sensacionalismo.

Uma boa forma de definir o Jornalismo Policial, levando em conta seu forte sensacionalismo, nos parece ser por oposição ao jornalismo televisivo tradicional. Nesse sentido, uma crítica comum feita ao Jornalismo Policial brasileiro trata do sistemático desrespeito dos programas do gênero aos “fundamentos básicos do jornalismo”, o que os colocaria mais próximos do entretenimento do que do verdadeiro jornalismo (ROMÃO, 2013, p. 32).

Tem sido muito difícil encontrar, nas grandes redes de televisão, uma proposta de telejornal pautada no verdadeiro jornalismo, a não ser nas redes e canais alternativos. Independentemente de tradicional ou policiaiscos, no geral, os telejornais não estão interessados no estudo, apuração e veracidade das notícias. Algumas determinantes corroboram para esse quadro.

Segundo Periago (2004), em primeiro lugar, o tempo do jornalismo televisivo é consideravelmente mais acelerado. A apuração do fato tem que ser praticamente instantânea, não havendo condições de uma pesquisa pausada e refletida. O tempo de apresentação da reportagem também é diferente, sendo que na televisão as notícias precisam ser mais sintéticas, mais simples, mais pontuais. A acirrada competição pela audiência força os repórteres a abrirem mão de certos critérios jornalísticos para que os programas tenham maior apelo entre a população. Assim, Periago aponta que os custos de transmissão, os compromissos comerciais e a briga pela audiência acabam por forçar o jornalismo televisivo a assumir um formato mais dinâmico e superficial, deixando de lado o aprofundamento da notícia (ROMÃO, 2013, p. 33).

Atualmente, dois telejornais policiaiscos se destacam por sua audiência, abrangência, influência e aceitação. Um deles é o *Cidade Alerta* da Rede Record, apresentado por Marcelo Rezende.

[...] entre os programas descendentes diretos do *Aqui Agora*, um dos que teve maior importância na televisão brasileira foi o *Cidade Alerta*, exibido em um primeiro momento entre 1995 a 2005, e retomado em 2011. [...] é apresentado pelo repórter Marcelo Rezende [...]. Suas médias de audiência são [...] relativamente altas, variando entre 5 e 7 pontos de Ibope (IBOPE, 2012). O que faz do *Cidade Alerta* um dos programas mais importantes da Rede Record (ROMÃO, 2013, p. 39).

Marcelo Rezende *adota a postura do apresentador judicioso e enfático, ao mesmo tempo que assume uma postura rígida, vestido sempre de maneira sóbria* (ROMÃO, 2013, p. 39).

O estúdio conta com imagens estilizadas de prédios ao fundo e com uma grande tela na qual o logotipo do programa e imagens das reportagens são apresentados [...]. Os temas das reportagens são sempre os mesmos: assassinatos, roubos, sequestros, batidas policiais etc. [...] elas são muitas vezes retomadas e atualizadas ao longo de cada edição do programa. A cobertura ao vivo de acidentes, enchentes ou ocorrências policiais pelo helicóptero de reportagem da emissora também é vastamente utilizada, ocupando boa parte do programa (ROMÃO, 2013, p. 39-40).

O outro é o *Brasil Urgente*, que é um dos programas mais assistidos da grade horária da Rede Bandeirantes. Com médias de Ibope girando entre 5 e 7 pontos, ele está entre os cinco programas de maior audiência da emissora (IBOPE, 2012) (Romão, 2013, p. 37). O atual apresentador, José Luiz Datena, diferencia-se de Marcelo Rezende por apresentar uma postura ainda mais agressiva e muito mais articulada.

No estúdio, Datena aparece com a postura que o consagrou: sempre em pé, assertivo, ríspido, muitas vezes grosseiro, comenta as notícias veiculadas, acrescenta informação ao vivo, julga e critica todos os envolvidos. Datena fala alto, gesticula, faz caretas, fala com desprezo e raiva. Veste sempre um terno escuro e gravata, usa cabelo sobriamente penteado para o lado com gel, um grande anel dourado no dedo anelar da mão esquerda e sempre tem uma caneta na mão ou no bolso do paletó (ROMÃO, 2013, p. 37).

O estúdio do *Brasil Urgente*

[...] tem uma aparência moderna, cheio de telas e de cores vibrantes. De um lado, há um conjunto de dez telas nas quais aparecem

ininterruptamente imagens do trânsito de São Paulo. Do outro lado, há uma grande tela, na qual às vezes aparece imagens do logo do programa e outras vezes aparecem os inícios das reportagens antes destas assumirem o primeiro plano (ROMÃO, 2013, p. 38).

Romão destaca outras características deste programa:

Em termos de conteúdo, o programa discute, basicamente, uma dezena de notícias, todas sempre muito pesadas e violentas. Datena e sua equipe exploram cada notícia à exaustão, narrando todos os detalhes hediondos em jogo e repetindo-os incansavelmente. São apresentados, principalmente, acontecimentos ocorridos na cidade de São Paulo e em cidades paulistas, mas, também, há a presença de matérias de outros Estados.

As matérias apresentadas, a exemplo da postura do apresentador, são sempre narradas pelos repórteres em tom de reprovação, buscando mostrar os aspectos mais terríveis do acontecido. As reportagens são extremamente repetitivas, sendo comum que pelo menos parte de uma mesma matéria vá ao ar duas ou mais vezes em uma mesma edição do programa.

Já o trabalho do helicóptero tem por função, principalmente, mostrar acidentes de trânsito e operações policiais que estejam ocorrendo no mesmo momento em que está sendo gravado o programa. Trata-se de um recurso bastante explorado, sendo que, enquanto o vídeo mostra as imagens, o apresentador ou um repórter comentam as ocorrências (2013, p. 38-39).

Romão, em sua análise, identificou três categorias principais que formam a estrutura básica do jornalismo policiaisco,

[...] cada uma destas três categorias está composta por uma série de subcategorias, as quais detalham os recursos utilizados pelo programa. Vale ressaltar, também, que apesar de apresentadas aqui isoladamente, essas categorias estão entrelaçadas e sobrepostas, sendo várias delas interdependentes entre si presentes simultaneamente em um único elemento de programas (ROMÃO, 2013, p. 41).

Quadro 1 – Tipos de conteúdo presentes no Jornalismo Policial

(1) Sensacionalismo: a captura da atenção	(2) Construção da Credibilidade	(3) Visão de mundo apresentada pelo Jornalismo Policial
• Dramatização • <i>Fait-divers</i> • Abordagem superficial • Ênfase nas Imagens • Violência, Tragicidade, Sofrimento e Dor • Produção de Proximidade • Figuras de Linguagem • Velocidade, Repetição e Fragmentação	• Hiper-Realismo • Depoimento de Autoridades • Produção de Proximidade • Exclusividade e Dinamismo • Tom do Discurso e Postura do Apresentador	• A Realidade Hostil: “o perigo mora ao lado” • A Solução: Justiça, Punição e Agressividade

39

Trouxemos aqui uma perspectiva histórica e analítica a partir de alguns estudos que foram realizados recentemente. Nosso objetivo, agora, é analisar a estrutura do programa *Brasil Urgente* para ressaltar alguns aspectos que, a nosso ver, contribuem para a naturalização da violência, com todas as implicações que trouxemos até agora nesse trabalho.

³⁹ Quadro apresentado por Romão (2013, p. 41).

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO PROGRAMA *BRASIL URGENTE*

3.1 Procedimentos metodológicos e considerações iniciais

Nossa análise foi realizada através da observação de edições aleatórias do programa durante o período de 09/04/15 a 08/07/15. As pesquisas de Romão (2013) e Barata (2011) trouxeram muitos elementos que contribuíram para nossa pesquisa e que nos ajudaram a construir o capítulo anterior dessa dissertação. Nesse sentido, ao analisar o programa, concentramos nossa atenção num aspecto que os pesquisadores supracitados não se preocuparam em aprofundar: a estrutura orgânica do programa. Sendo assim, nossa proposta foi abstrair algumas nuances próprias do esquema organizacional do programa que, sem o rigor da observação analítica, passam despercebidos aos telespectadores. Antes, porém, de entrar na análise propriamente dita, queremos destacar duas questões que vieram à tona durante o processo de observação do programa.

Primeira. A análise foi muito desafiadora porque não foi possível encontrar (na internet) gravações das edições completas do programa para que pudéssemos assisti-las mais de uma vez. Após uma intensa busca no site do *Brasil Urgente*⁴⁰ e no YouTube – entre outros sites da rede – não obtivemos sucesso. Todas as gravações que encontramos forneciam apenas alguns fragmentos do programa. O próprio site do programa publica as reportagens transmitidas em todas as edições, porém, não fornece os momentos em que Datena vocifera suas opiniões muito menos a abertura do programa, que foi uma parte fundamental para nossa análise. Parece que a Rede Bandeirantes não está interessada na reprodução integral do programa em nenhum site da internet, pois, as polêmicas e intransigentes opiniões do apresentador ficariam em evidência, o que poderia resultar em muitos processos judiciais contra o apresentador e a emissora. Além disso, as propagandas comerciais seriam toda vez que o programa fosse assistido no Youtube, por exemplo, o que resultaria em benefícios para os patrocinadores, dependendo de quantas vezes os vídeos fossem visualizados. Enfim, não foi possível assistir às

⁴⁰ O endereço do site é <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/>.

edições completas mais de uma vez. Por esse motivo, foi custoso não permitir que nenhum aspecto importante para nossa análise fosse deixado de lado em nossas anotações.

Segunda. Assistir ao programa *Brasil Urgente* requer força mental e resiliência. Causou-nos extremo sofrimento presenciar a exploração de casos como estupros e assassinatos de crianças, esquartejamentos de mulheres, pancadarias, tiroteios, esfaqueamentos etc. A sensação foi ainda pior porque desde a infância sofremos de ansiedade, portanto, tivemos que manter a calma durante todo período de análise, visto que a brutalidade e a barbárie foram intensas. Ao final de cada edição refletimos sobre a confusão de sentimentos que havíamos experimentado ao presenciar tanta violência e após ouvir as ideias do apresentador, as opiniões dos repórteres, os depoimentos dos entrevistados e das vítimas; podemos dizer que, dentre tudo o que sentimos, três sensações se destacaram: o medo, a insegurança e a repulsa pelo agressor. É importante explicar o que significa a presença dessas três sensações para que não sejamos mal compreendidos.

É quase impossível não sentir ódio pelo agressor, tamanha a exposição de suas características macabras e a sua assimilação com a figura do mal, do inimigo e da ameaça. O programa transmite uma sensação de insegurança o que resulta num medo desenfreado de andar na rua, de ir para o trabalho, de ir ao mercado para fazer compras, pois, estes são os locais em que os crimes acontecem. São tantos os casos de pais que estupram filhas, esposos que matam as esposas, crimes passionais, atrocidades por banalidades etc. que, dependendo da frequência com que assistimos este programa, somos induzidos a perder a capacidade de confiar no outro, pois, o outro passa a ocupar o lugar do inimigo, do mal e da ameaça, inclusive nossos próprios familiares. Não é por acaso que, um dia desses, ao nos sentirmos ameaçados por um cachorro que não estava com focinheira, ouvimos a seguinte declaração de sua dona, nossa vizinha: “Medo você tem que ter é do ser humano!”. Não duvidamos que ela seja telespectadora do programa *Brasil Urgente*. As pessoas estão perdendo sua capacidade de acreditar no outro, em seus familiares e até em si mesmas - este é um processo de desumanização sem precedentes. Não foi

possível, para nós, analisar o programa *Brasil Urgente* sem sofrer um pouco deste processo de desumanização.

3.2 Desenvolvimento da análise

3.2.1 Estrutura orgânica do programa

O programa *Brasil Urgente* é transmitido em cadeia nacional de segunda à sábado, começa geralmente às 16:15 e termina pontualmente às 19:20.⁴¹ Possui dois blocos, o da abertura e o da exploração.

O bloco da abertura inicia com a apresentação de uma animação gráfica acompanhada por uma séria, marcante e vibrante vinheta. Com a vinheta ainda tocando, Datena dá as boas-vindas e tece os comentários iniciais. Após três minutos de programa, o apresentador chama a propaganda comercial. O programa retorna em aproximadamente dois minutos. Inicia-se, então, uma chamada com os principais destaques – as notícias mais importantes – que serão debatidos durante toda a edição. A apresentação dos destaques dura cerca de 10 minutos. Após esse período, o apresentador chama novamente a propaganda comercial. Esse processo se repete até o apresentador chamar pela terceira vez a propaganda comercial.

O segundo bloco começa no retorno da terceira propaganda comercial. Datena, então, anuncia o primeiro caso e em seguida chama uma reportagem. Após a reportagem, o apresentador faz novos comentários. Em seguida chama um repórter ao vivo para trazer novas informações sobre o mesmo caso. Então, o apresentador faz novos comentários. Essa sequência de chamada de reportagem, comentários do apresentador e conversa ao vivo com repórteres muitas vezes é interrompida para a apresentação de *flashes* ao vivo com imagens de enchentes, acidentes de trânsito, perseguições policiais etc. O apresentador comenta essas imagens e depois retorna para o caso que havia sido interrompido. Esse processo se repete exaustivamente durante todo o programa que, então, é encerrado abruptamente para ceder seu lugar para a próxima programação.

⁴¹ A programação da Rede Bandeirantes está disponível em <http://www.band.uol.com.br/tv/programacao.asp?local=sp&data=09/07/2015>. Acessado em 08/07/15.

3.2.2 A Abertura, destaques e propaganda comercial



Datena abre o programa agradecendo gentilmente a seus telespectadores por abrirem as portas de suas casas para ele entrar. O apresentador sabe que as pessoas não abrem suas portas para gente estranha, nesse sentido, faz o possível para tornar muito íntima sua relação com o telespectador. Sua condescendência, gentileza e informalidade ao se expressar tornam sua relação com o telespectador um tanto familiar. A familiaridade é um aspecto importante para o apresentador, pois as pessoas tendem a confiar mais nas palavras ditas por seus parentes. Datena, em vários momentos do programa, tenta se colocar como membro das famílias que lhe assistem - não atoa faz a defesa de sua causa e seus direitos.

Os destaques ocupam posição importante na abertura do programa. Acompanhados pela vibrante vinheta, são anunciados com ênfase e determinação pelo apresentador. Datena apresenta alguns fragmentos das principais notícias, o que causa certa excitação entre os telespectadores que, motivados para saber o desfecho dos casos brutais, aguardam ansiosamente o retorno do programa. Estes foram os destaques do dia 28/04/15:

- “Armados com fuzis: bandidos armados com fuzis fazem reféns”.
- “Grávida assassinada: a vítima foi torturada, o crime pode ser passionai”.
- “Marido preso: homem tentou matar a mulher a facadas no quintal de casa”.

A abertura é, certamente, o melhor momento para as propagandas comerciais, visto que o programa ainda desfruta de um momento bem dinâmico e que o próximo bloco será mais cansativo. Nesse sentido, uma enxurrada de propagandas comerciais é despejada nas casas de milhões de telespectadores entre os três intervalos iniciais do programa. No segundo bloco do programa, dois ou três intervalos são divididos praticamente em duas horas e meia de programa. Nessas propagandas, são apresentados anúncios de grandes empresas como Casas Bahia e Caixa Econômica Federal. A violência retratada no programa *Brasil Urgente* desperta a atenção de milhões de consumidores. Trata-se de uma bela oportunidade para os grandes anunciantes.

3.2.3 Reportagens e *slogans*



Nas reportagens os detalhes do crime são explicados com uma entonação de voz que beira o suspense e o terror. Elas sempre apresentam a perspectiva da vítima: mostra-se o sofrimento dos amigos e parentes, os filhos que a vítima deixou e como era uma pessoa do bem. O agressor é tido como uma pessoa do mal, sem alma, sem compaixão e com sangue frio. No dia 06/07/15, ao expor os detalhes do esquartejamento de um advogado, um entrevistado (que conhecia o agressor) disse o seguinte a seu respeito: “ Ele era um cara livre de sentimentos”. As reportagens raramente retratam a vida íntima do agressor, não procuram saber se ele, em algum momento da vida, foi vítima de violência doméstica, se era portador de algum comprometimento psíquico, se era vítima da violência institucionalizada ou, até, se foi oprimido de outras formas.

Toda vez que o apresentador chama uma reportagem, na parte inferior da tela aparece uma espécie de *slogan* do caso. Os *slogans* são uma ótima estratégia para chamar a atenção do consumidor de violência. Eles são utilizados, principalmente, para ressaltar dois aspectos dos crimes. No dia 08/07/15 o *slogan* foi utilizado para popularizar um crime: “Crime da Maria Alice: padrasto estupra e mata enteada de 19 anos”. No dia 09/04/15 foi utilizado para ironizar o crime: “Tira: bom ladrão prende agente tarado”. Esses *slogans* são parte fundamental nas reportagens. Eles são dinâmicos, ou seja, podem ser alterados a qualquer momento pela produção, por exemplo: no dia 08/07/15 uma reportagem foi apresentada com o seguinte *slogan*: “Vendedora de livros: polícia fecha cerco para saber que é o assassino”. Em questão de segundos foi alterado para: “Crime encomendado: mulher é executada e marido é investigado”. Essas transcrições nem sempre retratam a veracidade dos fatos e apresentam muitas contradições, por exemplo: nesse caso que acabamos de retratar, a pessoa que está sendo investigada pela polícia não é o marido, é o ex-marido. Eis aqui mais alguns exemplos de *slogans* apresentados no dia 08/07/17:

- “Matou pelas costas: acusado de atirar em cantor se apresenta e fica preso”.
- “Foi no enterro: funcionário planeja roubo e patrão acaba morto”.

3.2.4 Repórter ou detetive?



Os repórteres são figuras importantes no esquema do programa; possuem um incrível poder de articulação de informações porque chegam em praticamente

qualquer lugar. Em alguns momentos sua função se confunde com a de um detetive. Eles interrogam pessoas, manipulam objetos utilizados por vítimas e agressores, fazem apontamentos e levantam hipóteses. No dia 08/07/15 o repórter – que detalhava o caso da vendedora de livros que havia sido assassinada com três tiros na frente de sua casa – mostra o carro no qual seu ex-marido (suspeito do crime) havia instalado uma sirene semelhante à utilizada nos automóveis da polícia civil, pois em alguns momentos ele se passava por policial civil para obter algumas regalias. O repórter teve acesso ao carro que estava sob a custódia da polícia. Pergunta: quem lhes deu tanto poder? A própria polícia. Eles são detetives informais. Na verdade, acabam se tornando porta-vozes da polícia. Em muitos momentos mostram ao público as ações que a polícia está realizando. Conseguem informações privilegiadas de delegados e promotores. De certa forma, a polícia precisa desses personagens para construir uma imagem de credibilidade diante da população. Qual é o policial, delegado ou promotor que não gostaria de ter o seu trabalho e sua imagem sendo transmitidos em território nacional? Essa é a moeda de troca dos repórteres.

Os repórteres do *Brasil Urgente*, assim como os demais repórteres dos telejornais policiaiscos, são figuras quase onipresentes. Noticiam tudo o que é passível de audiência, do acidente de bicicleta no centro da cidade ao tiroteio entre policiais e traficantes na periferia. São como “urubus que sobrevoam a carniça em potencial”, ficam na espreita, aguardando a próxima tragédia para realizar o seu trabalho medíocre e desumano. Sem a tragédia estes repórteres não teriam emprego.

3.2.5 Apresentador ou juiz?



Se os repórteres são detetives informais, o apresentador não pode ser outra coisa senão um juiz informal. Seu poder de referência, de articulação e de influência são muito maiores que os dos repórteres. Ele é um sujeito respeitado e, em alguns casos, temido. Sua arrogância é uma arma de fogo que intimida e atemoriza. É respeitado por policiais, delegados e promotores, afinal de contas, nenhum deles quer ser esbrachado ou ter o seu trabalho colocado em cheque em rede nacional. Essa é sua moeda de troca. No tribunal do *Brasil Urgente*, qualquer um é passível de julgamento, não apenas os “bandidos”.

Datena possui um canal de comunicação informal com promotores, delegados e comandantes da polícia militar. Consegue (com facilidade) as gravações das conversas feitas via rádio nas viaturas e helicópteros da PM. Além disso, conversa ao vivo com policiais durante suas ações, transmitidas ou não. No dia 28/04/15, por exemplo, Datena interrompe uma reportagem para mostrar cenas de um cerco policial a “bandidos” que haviam feito reféns numa padaria da região periférica da cidade de São Paulo. Em questão de minutos a Band já havia colocado um *camera man* a poucos metros da emboscada e Datena já estava conversando, ao vivo, com uma Major da Polícia Militar. A Major dava os detalhes da ação policial e explicava como a operação seria feita. Em muitos momentos ressaltava sua confiança no trabalho da polícia militar, ou seja, “vendia o peixe” da polícia. O caso terminou sem nenhuma morte, mas por um motivo muito sério. Os “bandidos” exigiram a presença

da mídia no momento de sua rendição. As imagens da câmera da Band mostram os sequestradores saindo dos fundos da padaria com coletes à prova de balas. Os coletes e a presença da mídia eram, para os “bandidos”, uma garantia de que não seriam pulverizados pelos policiais. A pulverização de “bandidos” rendidos é uma prática muito corriqueira da PM, a menos que estejam sendo filmados. Mas, muitas vezes nem a presença da mídia inibe ações brutais da polícia.

Não é qualquer um que pode ser apresentador de telejornal policiaisco, é preciso apresentar algumas características importantes. Datena concentra em si todas as qualidades necessárias, por isso é um apresentador de sucesso: é arrogante ao extremo, orgulha-se de sua ignorância, tem habilidade para se comunicar e para convencer, sabe transmitir falsas mensagens com aparência de verdade absoluta. Datena persuade o telespectador com sua imagem de justiceiro e defensor do bem, da ordem, da moral e da civilidade. Durante o período analisado, selecionamos as principais ideias transmitidas por ele. Essas ideias são reforçadas em cada edição, sendo repetidas várias vezes:

- O traficante acaba com a vida das pessoas.
- O código penal é muito fraco.
- Sempre tem um ruim no meio dos bons. Tem gente ruim em todas as classes.
- Bandido com fuzil é igual criança com pirulito.
- Há uma crise de segurança no país.
- Os “menores” estão acima do bem e do mal. O menor tem licença para matar. Os menores precisam de uma trava.
- Crime de esquartejamento “dá moleza no Brasil”.
- A polícia é fundamental para o combate ao crime.
- A lei não pune.
- Quando a lei é fraca o crime fica forte.
- A lei dá brechas e é ultrapassada.
- A pessoa encontra o mal no caminho.
- Quem desaparece no Brasil está praticamente morto.
- O mundo só tem traíra, está difícil encontrar amigos.
- Policiais são heróis.

- O Estado está falido.
- Bandido não pode ser linchado, mas trabalhador pode.

Nota-se que o apresentador sempre emite opiniões e ideias pessimistas: trata-se de um emissário do medo. Datena comete um erro típico daqueles que não sabem fazer análise de conjuntura: generaliza o que precisa ser particularizado e particulariza o que precisa ser generalizado. Como um verdadeiro serviçal da classe dominante e falso defensor da classe trabalhadora cumpre um papel importante na luta de classes: induz os trabalhadores a acreditarem que serão libertados pela aplicação da lei. Aliás, nada é mais importante para Datena do que lei. Para o apresentador, a raiz dos males sociais está na fragilidade da lei, não atoa invoca diariamente sua atualização com o objetivo de impor punições mais severas, pois este é o único modo de promover segurança e bem-estar entre a população – considerando que o ser humano é mau por natureza e precisa ser controlado por leis severas que limitam e inibem a criminalidade.

3.2.6 Cinema, reality show ou telejornal?



Como dissemos, em alguns momentos, o ciclo de reportagens e comentários é interrompido para a apresentação de *flashes* ao vivo. Muitos desses *flashes* são de imagens geradas pelo helicóptero particular da Band à serviço do *Brasil Urgente*. No dia 08/07/15 o apresentador, que mal havia terminado sua fala a respeito de um caso, chama a atenção para o helicóptero da Band. A aeronave transmitia imagem ao vivo do transporte aéreo – realizado pelo *Águia*, o helicóptero da PM – de uma

criança que havia sido ferida por uma lança ao tentar pegar uma pipa no muro de uma residência próxima de sua casa. Ela estava sendo levada para o Hospital das Clínicas onde seria entregue a uma equipe de médicos. Nesse momento, o apresentador, ao rasgar elogios a ação da PM em conjunto com o Corpo de Bombeiros, lança a seguinte frase: “Assim como existem pessoas fazendo maldades, heróis como os policiais militares e bombeiros resgatam e salvam vidas”. No dia 28/04/15 Datena interrompe outra reportagem para mostrar as imagens (ao vivo) de uma perseguição policial à “ladrões” de carro no bairro de Itaquera na zona leste da cidade de São Paulo. Nesse mesmo dia, o helicóptero da Band mostrou as imagens de um comboio de viaturas e motos da PM aglomeradas na frente de uma residência onde, segundo informações da própria polícia, um morador havia atirado uma pedra numa viatura da PM que passava pela rua.

O helicóptero da Band representa um papel importante no esquema do programa. Ele é um símbolo de poder, pois, através dele o *Brasil Urgente* pode estar em qualquer lugar. A aeronave possui a função de trazer emoção e adrenalina ao telespectador. Os policiais, quando percebem que estão sendo filmados pelo helicóptero, perseguem os “bandidos” como se estivessem num filme hollywoodiano. Nesses momentos o programa deixa de ser um telejornal para se tornar um filme ou um reality show. A violência, então, ao invés de produzir medo traz pura adrenalina aos telespectadores; o programa se torna um espetáculo, um verdadeiro show. Cabe a seguinte afirmação: há toda uma estrutura policial e midiática para que o consumidor de violência, ou melhor, para que o telespectador do *Brasil Urgente* e dos demais telejornais policiais possa assistir perseguições cinematográficas, porém, como não há grandes fugitivos, essa estrutura é utilizada para espetacularizar uma perseguição a atiradores de pedras em viaturas policiais, como a realizada no dia 28/04/15.

3.2.7 A incessante repetição

Alguns casos chegam a ser repetidos cinco ou seis vezes numa mesma edição do programa, pois, por serem extremamente brutais ganham maior destaque e notoriedade. Eles são repetidos durante vários dias pelo programa até caírem no esquecimento ou serem resolvidos. Nos dias 07 e 08/07/15, por exemplo, o caso da

vendedora de livros que havia sido morta com três tiros na frente de sua casa foi repetido e explorado exaustivamente. Os repórteres voltaram a comentá-lo ao vivo trazendo as mesmas notícias, as reportagens foram novamente apresentadas e o apresentador teceu os mesmos comentários. Em alguns casos novas provas aparecem e o desfecho acaba sendo bem diferente daquele noticiado pelo apresentador no início da edição, da semana ou do mês; isso acontece quando, por exemplo, a polícia descarta a participação do suspeito de ter participado do crime, suspeito esse que Datena e seus repórteres já haviam condenado e massacrado sem piedade. Em alguns momentos o apresentador demonstra cautela ao se referir a um suspeito. No caso da vendedora, citado acima, no qual seu ex-marido era o principal suspeito, Datena foi cauteloso até o momento em que os repórteres informaram que a polícia havia encontrado duas pistolas em sua casa. A partir daí o apresentador perdeu a cautela e aquele que fora considerado suspeito passou a ser culpado. Esse processo se repetiu em praticamente todos os casos semelhantes.

3.2.8 Conclusões

Esse é, basicamente, o esquema organizacional através do qual o programa *Brasil Urgente* reproduz o medo social pela transmissão de uma perspectiva ideológica da violência como algo natural e intrínseco ao ser humano. Esse processo se dá, principalmente, através

a) da repetição massiva dos crimes e as constantes alterações dos fatos, ou seja, se, no início da edição, um indivíduo é suspeito, no final é culpado, isso ocorre num processo ininterrupto no qual nem sempre as informações representam a realidade dos fatos;

b) das investigações e das entrevistas realizadas pelos repórteres de campo, pois percorrem os locais dos crimes, analisam as evidências, manipulam as provas e entrevistam as vítimas em seus locais íntimos transmitindo exclusivamente, em praticamente todos os casos, a perspectiva da vítima, ou seja, seu sofrimento e sua revolta;

c) das manifestações de ódio do apresentador, que se configuram como um discurso de poder convincente, influente e formador de opiniões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de análises acerca da forma como a violência é retratada nos telejornais policiais contribui para a não compreensão do desserviço que programas como o *Brasil Urgente* prestam para nosso país. Tentamos, no percurso desse trabalho, refletir sobre a atuação ideológica desses telejornais e como eles estão criando uma cultura na qual a violência ora promove medo, ora prazer. O programa *Brasil Urgente* possui grande aceitação nacional porque as pessoas estão cada vez mais acostumadas com a violência e brutalidade em sua vida cotidiana, fruto da cultura da violência. O medo social, resultante de um clima generalizado de insegurança, é reforçado à medida em que os telejornais transmitem casos violentos e os tomam como uma regra na sociedade, quando na verdade o movimento é o inverso.

De fato, estamos presenciando e sofrendo as consequências de uma onda de violência generalizada a nível mundial. Contudo, precisamos aproveitar essa oportunidade para ampliar nossos esforços no sentido de combater as expressões da violência econômica, fruto da condição de opressão de dominação na qual os trabalhadores estão envolvidos. A condição de medo social, potencializada pelos telejornais policiais, acaba por retrair a população a ponto das pessoas se sentirem impotentes e descrentes da possibilidade transformação social. Essa sensação de impotência é importante para quem governa, domina e explora.

Datena – e toda a categoria de apresentadores de telejornais policiais – através de seu discurso de ódio, incute a noção de que a sociedade é violenta porque a lei é fraca, pois a extinção da criminalidade depende da imposição severa e rigorosa de um código penal punitivo e coercitivo. Eis aqui algumas frases⁴² que comprovam essa afirmação.

- “Esse país é muito violento”.
- “O crime imita a arte!”.
- “É um covarde, canalha e monstro!”.
- “O mal existe personificado em algumas pessoas”.

⁴² Frases disponíveis em <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/frases.asp>. Acessado em 18/06/14 às 10:59.

- “Os canalhas também envelhecem!”.
- “Bandido tem que ir para a cadeia”.
- “Polícia com arma na mão!”.
- “Bandido precisa aprender a ter medo da polícia e da Lei”.

Nota-se que não há reflexão, análise ou qualquer tipo de abstração ou conhecimento histórico por parte do apresentador. Suas frases, vociferadas nos estúdios da Band, são transmitidas para milhares de pessoas espalhadas pelas mais diversas regiões do Brasil. Seus telespectadores constituem-se de crianças, jovens, adultos e idosos. Datena é como um pastor que prega a doutrina da violência necessária para um rebanho de telespectadores passivos e receptivos. Dessa forma, sua ideologia da violência naturalizada incute uma falsa sensação de insegurança entre as pessoas, contribuindo para que elas aceitem a polícia, o sistema prisional e a judicialização da vida como instituições e práticas normais e necessárias para o bem comum.

Com frases de efeito, Datena transmite uma ideologia conformadora que contribui para a descrença na capacidade histórica da humanidade de superação. A seguir, reproduzimos sua opinião⁴³ a respeito de “Champinha”, um adolescente que assassinou o jovem casal Felipe e Liana.

Está preso até hoje! É o que eu digo: ao invés de implorar aos ouvidos surdos desse Legislativo que pensa primeiro nele, pelo menos que se aplique uma lei que aí está, que velha ou não, ultrapassada ou não, tem o poder de ser usada e impedir que verdadeiras bestas-feras andem livremente por aí, depois de matar, violentar e arrancar vidas e almas de gente do bem que só quer ter segurança para sua família.

Seria uma espécie de “Lei Champinha”, que já existe, basta ser usada, senão os casos de justiça com as próprias mãos (com os quais não concordo) continuarão crescendo no meio de uma população que, assustada e coagida pelo medo, mata para não morrer. Além disso, as leis brandas devolvem todo dia uma horda de

⁴³ Artigo disponível em <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/conteudo.asp?id=100000666061>. Acessado em 10/07/15.

assassinos que tem sempre uma segunda, terceira e assim por diante chances de matar novamente.

Para assassino independente de idade, não tem outro caminho: Fundação Cela. Cadeia neles!

Está claro, para nós, que esta concepção de homem e de mundo opera com fundamentos irracionalistas. As próprias experiências históricas, ao contrário do que prega Datena, cuidaram de provar que o uso da força e a repressão não são capazes de inibir muito menos anular a violência nas sociedades. Além disso, a noção de que a liberdade e a segurança só podem ser alcançadas pela imposição de uma lei severa não pode estar sustentada senão pela compreensão de que os homens e mulheres são indubitavelmente nefastos, por isso, precisam ser controlados pela força. Portanto, a naturalização da maldade legitima a necessidade de uma polícia forte, de um judiciário eficaz e de governantes atuantes na aplicação de medidas que favoreçam a prática da doutrina de segurança pública.

Os meios de comunicação – sendo as redes de televisão os mais poderosos e presentes – são eficazes proliferadores de uma perspectiva naturalizada e reducionista da violência. Graças a programas como o “Brasil Urgente”, arraiga-se no ideário popular uma falsa noção da imposição da lei através do uso da força como um requisito indispensável para a eliminação da violência. Legitima-se, dessa forma, a polícia como força necessária para defender os “cidadãos de bem” contra os inimigos e monstros, que são a pura materialização do mal. Nesse sentido, os telejornais policiaiscos, ao transmitirem a ideologia dominante, escondem as verdadeiras determinações da violência econômica, bem como as possibilidades de transformação que repousam na ação organizada dos trabalhadores, que devem e precisam lutar contra a opressão e dominação de classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa* (in *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*) / Francisco J. S. Teixeira, Manfredo Araújo de Oliveira (orgs) – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

_____. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* / Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000* / Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3124.pdf>.

ANDERSON, Perry. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *Século XXI: nova era da precarização estrutura do trabalho* (em *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*) / Organizadores: Ricardo Antunes, Ruy Braga; Autores: Arnaldo Mazzei Nogueira...[et al]. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSIS, Machado de. *A Igreja do Diabo* / Volume de contos. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. Disponível em http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/A_igreja_do_diabo_de_machado_d_e_assis.pdf. Acessado em 22/03/14.

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência* / Luzia Fátima Baierl. – São Paulo: Cortez, 2004.

BARATA, João Medeiros. *A cobertura das ações policiais na televisão: uma análise de relações de poder no programa Brasil Urgente* / João Medeios Barata; orientador(a) Silvana Maria Correa Tótora. – São Paulo, 2011. 142 f. Dissertação

(Mestrado – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político* in Serviço Social e Sociedade nº 106, p. 205 – 218. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Ética: fundamentos sócio-históricos* / Maria Lúcia S. Barroco. 3ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica do serviço social; v.4)

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social* / Lei 8.662/93 de regulamento da profissão. – 10ª ed. rev. e atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil* / Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília. 2014.

BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutemberg à internet* / Asa Briggs e Peter Burke; tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. *Será guerra?* in (*Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*) / Organizadores: Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2013. (Estado de sítio)

BUCCI, Eugênio. *Videologias: ensaios sobre televisão* / Eugênio Bucci, Maria Rita Kehl. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

CARCANHOLO, Marcelo; BARUCO, Grasiela. *A estratégia neoliberal de desenvolvimentismo capitalista: caráter e contradições* / Marcelo Dias Carcanholo e Grasiela Cristinada Cunha Baruco in *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Vol. 21, nº 1 (2011) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação 2011. Semestral.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas* / Marilena Chauí. – 13. ed. – São Paulo: Cortez, 2011..

COSTA, Jurandir Freire. *O medo social* in *Veja 25 anos – Reflexões para o Futuro*. São Paulo: Editora Abril, 1993, p. 83-89.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social* / Émile Durkheim; tradução: Eduardo Brandão. – 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FARHI, Maryse. *Gênese da crise e evolução recente das economias avançadas* in *A economia brasileira no contexto da crise global* / Luis Fernando Novais, Rafael Fagundes Cagnin, Geraldo Biasoto Junior (orgs.). São Paulo: Fundap, 2014. 283 p.

HOBBSBAWN, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos* / Eric J. Hobsbawn; trads. João Carlos Vitor Garcia, Adelangel Saggiaro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social* / Marilda Vilela Iamamoto. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, Mauro. *Violência e ideologia*. Artigo disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2015/06/03/violencia-e-ideologia/>.

JUDT, Tony. *Uma história da Europa desde 1945* / Tony Judt; tradução José Roberto O'Shea – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KEHL, Maria Rita. *O espetáculo como meio de subjetivação* in *Videologias: ensaios sobre televisão* / Eugênio Bucci, Maria Rita Kehl. São Paulo: Boitempo, 2004 (Estado de sítio).

LEAL FILHO, Laurindo Lalo. *A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão* / Laurindo Lalo Leal Filho. – São Paulo: Summus, 2006.

LOPES, Edson. *Política e segurança pública: uma vontade de sujeição* / Edson Lopes. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LÖWY, Michael. *Resistências culturais à dominação imperial: a alternativa socialista*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp22.pdf>. Acessado em 22/03/2014.

MALUSCHKE, Günther. *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*; Maluschke, G; Buncher- Maluschke, J; Hermanns, K; - Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista* / tradução: Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 1ed.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)* / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Manifesto do partido comunista* / Karl Marx / c/ Friedrich Engels; tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. – Porto Alegre: L&PM, 2011.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital* / István Mészáros; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.]. – São Paulo: Boitempo, 2009. –(Mundo do trabalho)

_____. *O poder da ideologia* / Istvan Mészáros: tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. – 1.ed., 4.reimpr. – São Paulo: Boitempo, 2012. (Mundo do Trabalho)

MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução: L. Garcia. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MORAES, Dênis de. *O planeta mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998, 287 p.

_____. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação* / Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano; [tradução Karina Patrício]. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

NETTO, José Paulo. *Crise do capital e consequências societárias*. Palestra proferida na mesa de abertura (“Crise do capital, particularidades da questão social no Brasil e a organização dos trabalhadores em seu estágio atual”) do 5º Seminário Anual de Serviço Social. São Paulo: Serviço Social & Sociedade, nº 111, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300002&script=sci_arttext.

NUNES, António José Avelãs. *A crise atual do capitalismo: capital financeiro, neoliberalismo, globalização* / António José Avelãs Nunes. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. – (Coleção direito europeu; vol. 3).

PEDROSO, Regina Célia. *Estado autoritário e ideologia policial* / Regina Célia Pedroso. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 205. 211 p. (Coleção Histórias da Intolerância, 6 – Intolerância Étnica & Intolerância Política)

PORTO, Maria Stela Grossi. *Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea*. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez, p. 152-171.

RAMONET, Ignacio. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação* / Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano; [tradução Karina Patrício]. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

RODRIGUES, Carlos H. L. *Neoliberalismo: apontamentos histórico-econômicos e acirramento de sua implementação no governo FHC* in em Praia Vermelha: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Vol. 21, nº 1 (2011) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação 2011. Semestral.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. *Jornalismo policial: indústria cultural e violência* / Davi Mamblona Marques Romão; orientador Pedro Fernando da Silva. – São Paulo,

2013. 206 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SARTORI, Carlo. *O olho universal in Evolução na comunicação: do sílex ao silício* / sob a coordenação de Giovani Giovannini; ensaios de Barbara Giovannini...et. al.; tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho; revisão técnica de André Luiz Lazaro. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação* / Dênis de Moraes, Ignacio Ramonet, Pascual Serrano; [tradução Karina Patrício]. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SONDHAUS, Lawrence. *A primeira guerra mundial* / Lawrence Sondhaus; tradutor Roberto Cataldo. – São Paulo: Contexto, 2013.

SOUZA, André Mello e Souza. *Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI* / organizadores: André Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília: Ipea, 2014.

TAVARES, Elaine. *A cultura do medo e da violência* / Elaine Tavares. Artigo. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/node/27412>.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma história social da mídia* / John B. Thompson; tradução Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WASELFISZ, Julio Jacob. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil* / Julio Jacob Waiselfisz. Rio de Janeiro: Flacso, 2014.